



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO - SEDE
ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO

Anuncieide da Silva Bezerra

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE DA UFAL/CAMPUS DO
SERTÃO/AL**

Delmiro Gouveia - AL

2018

Anuncieide da Silva Bezerra

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE DA UFAL/CAMPUS DO
SERTÃO/AL**

Pesquisa apresentada como pré-requisito para a obtenção de título de especialista no Curso Educação no Semiárido pela Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Prof.^a Msc. Mônica Regina Nascimento dos Santos

Delmiro Gouveia - AL

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

B574a Bezerra, Anuncieide da Silva

Assistência estudantil : uma análise da Ufal/Campus do Sertão/Al /
Anuncieide da Silva Bezerra. – 2018.
79 f. : il.

Orientação: Profa. Ma. Mônica Regina Nascimento dos Santos.
Monografia (Especialização em Educação no Semiárido) –
Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia, 2018.

1. Educação. 2. Assistência estudantil. 3. Ufal - Campus do Sertão.
I. Título.

CDU: 37:36

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO – DELMIRO GOUVEIA-AL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO

Assistência Estudantil: Uma Análise da UFAL/ Campus do Sertão-AL

ANUNCIEIDE DA SILVA BEZERRA

Monografia submetida à banca examinadora no Curso de Especialização em Educação no Semiárido da Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão/Delmiro Gouveia-AL e aprovada no dia 30 de agosto de 2018.

Banca Examinadora:


Prof.ª Msc. Mônica Regina Nascimento dos Santos – Orientadora



1ª Examinador: Prof. Msc. Kleber Costa da Silva



2ª Examinador(a): Prof.ª Dr.ª Carla Taciane Figueirêdo

AGRADECIMENTOS

Os motivos são tantos para agradecer que temo não caber nesse espaço, mas os principais serão nomeados e representados pela minha imensa gratidão, pelo apoio e compreensão entre meus irmãos, sobrinhos, minha mãe Anunciada, meus amigos da Sociedade Espírita Joanna de Angelis em Paulo Afonso – Ba, que pacientemente compreenderam meu afastamento das atividades de voluntária na Assistência Social da instituição, à Járlita Valéria na contribuição com seus conselhos e direcionamentos para a realização desse trabalho, a Gorete Moreira que disponibilizou o espaço na biblioteca da UNISA – Polo – Paulo Afonso-Ba, à professora Mônica que aceitou o convite para ser minha orientadora, demonstrando paciência e carinho nas suas colocações e direcionamentos, como também aos professores e professoras do curso de especialização *Educação no Semiárido* que se dispuseram com seus saberes na aquisição de novos conhecimentos que enriqueceram nossa visão enquanto habitantes dessa região emblemática e grandiosa, o *Semiárido Brasileiro*. Assim, devedora de tantos cuidados rogo a magistral energia que compõe toda criação do universo proteção para todos. Gratidão!

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

RESUMO:

A proposta de investigação desse estudo aborda como temática a política de assistência estudantil na Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão. Fruto do (REUNI) Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Campus se tornou lugar de referência para a formação superior federal no Alto Sertão alagoano. O corpo discente é oriundo de diversos municípios circunvizinhos e estados adjacentes que compõem essa região semiárida, assim, quais políticas estão sendo desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil para assegurar a permanência dos estudantes com o perfil de vulnerabilidade socioeconômica e psicológica nesse espaço universitário? Nesse sentido, essa pesquisa realiza um estudo de caso, à luz do materialismo histórico dialético, com o objetivo geral compreender o processo de implantação e funcionamento da assistência estudantil no Campus do Sertão, tendo por objetivos específicos: discutir a política de educação como um direito público subjetivo; como também a assistência estudantil que tem no Programa Nacional de Assistência Estudantil um dos pilares de permanência e efetivação no ensino superior e suas ações desenvolvidas no Campus do Sertão. Tomamos como base o relatório da Comissão Própria de Avaliação da UFAL do ano de 2016, onde foi selecionado entre as cinquenta e uma questões, três que se relacionam diretamente na percepção do discente no âmbito da oferta nas condições de alimentação do Campus, tendo em vista ser este o ponto nevrálgico que vem ocasionando debates, pois que a estrutura do restaurante universitário se encontra inaugurado e sem funcionamento desde 04 de dezembro de 2015. A metodologia da pesquisa classificada na abordagem crítico-dialética, do tipo quanti-qualitativa de nível documental-bibliográfico, partindo da hipótese de que a política neoliberal é um dos fatores determinantes das mudanças ocorridas na educação em todos os níveis, essa pesquisa se debruçou sobre a política de educação no âmbito da expansão do ensino superior e a forma de acessibilidade e permanência, apoiando-se nas análises de autores como André (2013), Marconi; Lakatos (2011), Turato (2003), Gil (2010), Santomé (2003) entre outros, para demonstrar esta relação. Espera-se, ao final contribuir com novas reflexões para o enriquecimento deste debate.

Palavras-chave: Educação no semiárido; Universidade; Reuni; Assistência estudantil.

RESUMEN:

La propuesta de investigación de este estudio aborda como temática la política de asistencia estudiantil en la Universidad Federal de Alagoas - Campus do Sertão. Fruto del (REUNI) Plan de Reestructuración y Expansión de las Universidades Federales, el Campus se convirtió en lugar de referencia para la formación superior federal en el Alto Sertão alagoano. El cuerpo discente es oriundo de diversos municipios circundantes y estados adyacentes que componen esa región semiárida, así, cuáles políticas están siendo desarrolladas en el ámbito de la asistencia estudiantil para asegurar la permanencia de los estudiantes con el perfil de vulnerabilidad socioeconómica y psicológica en ese espacio universitario? En este sentido, esta investigación realiza un estudio de caso, a la luz del materialismo histórico dialéctico, con el objetivo general de comprender el proceso de implantación y funcionamiento de la asistencia estudiantil en el Campus del Sertão, teniendo por objetivos específicos: discutir la política de educación como un derecho público subjetivo; como también la asistencia estudiantil que tiene en el Programa Nacional de Asistencia Estudiantil uno de los pilares de permanencia y efectividad en la enseñanza superior y sus acciones desarrolladas en el Campus del Sertão. Tomamos como base el informe de la Comisión Propia de Evaluación de la UFAL del año 2016, donde fue seleccionado entre las cincuenta y una cuestiones, tres que se relacionan directamente en la percepción del alumnado en el marco de la oferta en las condiciones de alimentación del Campus, teniendo en vista que es el punto neurálgico que viene ocasionando debates, pues que la estructura del restaurante universitario se encuentra inaugurado y sin funcionamiento desde el 4 de diciembre de 2015. La metodología de la investigación clasificada en el abordaje crítico-dialéctico, del tipo cuantitativo cualitativo de nivel documental- de la hipótesis de que la política neoliberal es uno de los factores determinantes de los cambios ocurridos en la educación a todos los niveles, esta investigación se centró en la política de educación en el ámbito de la expansión de la enseñanza superior y la forma de accesibilidad y permanencia, en los análisis de autores como André (2013), Marconi; Lakatos (2011), Turato (2003), Gil (2010), Santomé (2003) entre otros, para demostrar esta relación. Se espera, al final, contribuir con nuevas reflexiones para el enriquecimiento de este debate.

Palabras clave: Educación en el semiárido; universidad; reunir; Asistencia estudiantil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de Universidade Federais – Expansão entre 1998 a 2016	40
Gráfico 2	Número Expansão das Universidades Federais no Interior do Nordeste entre 1998 a 2016	41
Gráfico 3	Evolução do Orçamento PNAES em Valores Nominais entre 2008 a 2016	58
Gráfico 4	Autoavaliação Segmento Discente – Questão 29	70
Gráfico 5	Autoavaliação Segmento Discente – Questão 30	71
Gráfico 6	Autoavaliação Segmento Discente – Questão 34	72

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Taxa Bruta de matrículas por região-Brasil 2004/2014 (faixa etária 18 a 24 anos)	44
Mapa 2	Delimitação do Semiárido	49
Mapa 3	Mesorregiões do Estado de Alagoas	50
Mapa 4	Expansão da UFAL	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Expansão das matrículas nos setores públicos e privados – Brasil, Nordeste e Alagoas – 1996 a 2016	42
Tabela 2	Número de concluintes, cursos, matrículas de graduação presencial e docentes nas IFES do Nordeste - 2016	45
Tabela 3	Estados do Nordeste, IDH, quantidade de IFES e número de matrículas 2016	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
AL	Alagoas
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CONSUNI	Conselho Universitário
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	Fórum Nacional dos Pró-Reitores para Assuntos Acadêmicos e estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NAE	Núcleo de Assistência ao Estudante
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

PNE	Plano Nacional de Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROEST	Pró-Reitoria Estudantil
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SEE	Secretária de Educação do Estado
SENCE	Secretária Nacional de Casas de Estudantes
SESu	Secretaria de Educação Superior
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí

UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UFRPE	Universidade Federal Rural do Pernambuco
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
I - O DIREITO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	22
1.1 A educação em tempos de neoliberalismo.....	27
1.2 O Ensino Superior e as Reformas Universitárias.....	29
II - O REUNI - EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NO NORDESTE	38
2.1 A Expansão das Universidades Federais no Semiárido Brasileiro	46
2.2 Resgate Histórico da Assistência Estudantil no Ensino Superior: a criação do PNAES.....	53
III – A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFAL E SEU DESDOBRAMENTO NO CAMPUS DO SERTÃO- AL	60
3.1 Funcionalidade do PNAES no Campus do Sertão - AL	64
3.2 Análise da percepção do estudante via questionário da Comissão Própria de Autoavaliação UFAL 2016	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

A implantação de um Campus Universitário Federal traz consigo a representatividade do conhecimento científico e a possibilidade de desenvolvimento para a região na qual o mesmo estará funcionando. Assim, a interiorização das (IES) Instituições de Ensino Superior no âmbito nacional a partir da implantação do (Reuni) Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que dá apoio aos projetos de expansão das IFES, trouxe uma expectativa de acesso a este nível de ensino para a população do interior que, até então, apenas poucos indivíduos isoladamente – notadamente os membros das famílias com algum recurso – tinham conseguido nos centros urbanos. Na realidade de Alagoas a luta por uma instituição federal de ensino superior veio a se concretizar em 1961, “no apagar das luzes do Governo de Juscelino Kubitschek” e

No entanto, uma vez criada, ela irá representar apenas uma política de democratização de acesso à profissionalização da educação superior daqueles que antes não podiam ir buscar essa formação fora do Estado e depois nas IES que, além de centralizadas na capital, exigiam pagamento pelos seus serviços, [...]. (TAVARES; VERÇOSA, 2015, p.162)

A (UFAL) Universidade Federal de Alagoas, veio a desenvolver seu projeto de interiorização depois de 45 anos centralizada na capital e concentrou no semiárido sua expansão indo primeiro para o agreste em 2006 e, em seguida para o sertão em 2010. A promessa do campus litoral, na cidade de Porto Calvo, ainda em trâmite de aprovação na (SESu) Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

O semiárido brasileiro¹, considerado o mais populoso em todo o mundo, diante de tamanha ascensão populacional foi colocado em evidência na política de expansão universitária. Em consonância, os programas governamentais para a política educacional como o Reuni representam uma importância fundamental para o avanço e desenvolvimento na região que historicamente tem a exclusão de sua população como característica diante de outras regiões nacionais mais industrializadas, que de

¹ A região brasileira do semiárido abrange pela nova delimitação aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudene na Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017, 1.262 municípios, sendo considerado o semiárido mais populoso do planeta, de acordo com síntese divulgada pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA). Engloba todos os nove Estados do Nordeste, onde o Maranhão teve a adesão de dois municípios a partir dessa nova delimitação e o norte de Minas Gerais passou para 91 municípios.

acordo com o pesquisado por Albuquerque Junior (2007), no Brasil, o preconceito por origem geográfica marca, especialmente, os nordestinos.

Diante desse panorama de segregação geográfica, observa-se que a política educacional que consubstanciou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais surgiu como resposta ao contexto sócio econômico marcado pela regência direta das agências financiadoras, conforme destacado por estudiosos que analisam a influência do neoliberalismo na educação, a exemplo de Santomé (2003). Diante da ofensiva nas crises cíclicas do capital, os países periféricos considerados com economias variáveis e frágeis como o Brasil recebem influências externas e financiamentos dos Organismos Internacionais como o Banco Mundial que condicionam e ditam parâmetros nas políticas econômicas e sociais.

Nesse contexto, essa análise irá se debruçar sobre a política de educação no âmbito da expansão do ensino superior e a forma de acessibilidade e permanência que está sendo tratada pelo Governo Federal como foco nas ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil, decreto 7.234, de 17 de julho de 2010, tendo como locus o Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas, sede em Delmiro Gouveia-Al.

A pesquisa se deu através do mapeamento dos programas, projetos e serviços existentes oferecidos pela Pró-Reitoria Estudantil, direcionados ao estudante de graduação, no relatório de gestão da UFAL 2016, no relatório e nos questionários de avaliação 2016 da (CPA) Comissão Própria de Avaliação, os referidos documentos pesquisados estão disponibilizados no site oficial da instituição.

A consulta e coleta de dados através do relatório de gestão (2016) tornou-se relevante para a pesquisa, pois compõem informações, demonstrativos, documentos de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, organizados de maneira a permitir a visão sistemática da instituição. Também estão expostas as estratégias de atuação na execução das políticas públicas, realizações, impactos alcançados dos recursos materiais, humanos e financeiros utilizados para a execução das ações previstas.

A escolha do tema foi um processo de descoberta ao vivenciar o dia a dia com os colegas de turma e com outros discentes da graduação que tive contato ao fazer o percurso entre Paulo Afonso-Ba, onde resido, e a sede do Campus do Sertão ao iniciar o curso de especialização Educação no Semiárido em setembro de 2016 e a partir de então ter despertado o interesse sobre o andamento da assistência estudantil. Constatei que alguns colegas passavam mais tempo no Campus devido pertencerem a grupos de estudos e pesquisas; assim a presença no Campus por muitas vezes se prolonga pelo dia todo retornando à noite por volta das 22h 40 minutos no transporte escolar. Descobri, por vezes, que devido a poucos recursos financeiros a alimentação desses estudantes se resumia há apenas lanches que compravam na cantina existente no Campus.

Isso é algo preocupante tendo em vista a existência de uma estrutura predial designada para funcionar o Restaurante Universitário com placa de inauguração desde 04 de dezembro de 2015 e que nunca funcionou, onde sua funcionalidade se remete a eventos acadêmicos, pois que o auditório do Campus frequentemente se encontrava interditado por problemas na infraestrutura².

Algo maior despertado junto às aulas e debates, com as leituras de textos e sintetizo com três palavras chaves que foram ditas entre meios de conversas e estudos nas aulas dos três professores convidados a compor a banca examinadora: *regionalidade, invisibilidade e “escolão”*, cada uma carrega consigo uma temática que norteia várias possibilidades que busco expressar na pesquisa.

Com o objetivo geral: compreender o processo de funcionamento da assistência estudantil da UFAL, Campus do Sertão, em decorrência, seus objetivos específicos são: discutir a política de educação como um direito público subjetivo e a assistência estudantil tendo o Programa Nacional de Assistência Estudantil como um dos pilares de permanência e efetivação no ensino superior e suas ações no Campus do Sertão – Sede.

Utilizamos como análise o resultado do questionário de Autoavaliação de 2016, realizado pela Comissão Própria de Autoavaliação da UFAL. Numa forma de expressar que a dimensão dos dados, coletados nas questões 30 e 34 ao

² Após reforma o auditório Graciliano Ramos retornou ao funcionamento em 2018.

representarem o Campus do Sertão isoladamente apresentam significativos índices de percepção negativa, mas ao serem inseridos no total da instituição tornam-se quase inexpressivos, principalmente no tocante à relevante falta de funcionamento do restaurante universitário, presente nas questões citadas. O que transforma a percepção final da instituição de forma positiva nesse segmento acadêmico.

Faz-se então, necessário refletir sobre a atual conjuntura política no Brasil com orçamentos suscetíveis às oscilações das gestões no Governo Federal em tempo de desmontes de políticas públicas e com redução de direitos sociais, como pensar em avanços na educação quando o Poder Legislativo aprova Emenda Constitucional nº 95, publicada no Diário Oficial da União em 15 de dezembro de 2016, onde o orçamento fiscal ficará sob regime de contensões dos gastos públicos por vinte anos?

Situação que compromete o desenvolver da política de educação e em especial as ações que estruturam a assistência estudantil que promove a permanência dos estudantes com características de vulnerabilidade socioeconômica. Tendo em vista a importância do ensino superior para o país que tem sua inovação científica e tecnológica advinda das universidades, é bastante salutar refletir sobre este aspecto, no qual a pesquisa se norteou nos autores como André (2013), Marconi; Lakatos (2011), Turato (2003), Gil (2010), Santomé (2003) entre outros. Espera-se, ao final contribuir com novas reflexões para o enriquecimento deste debate

Para Marconi; Lakatos a pesquisa documental como fonte de coleta de dados “está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina como fontes primárias” (2011), assim foi efetuado busca de dados via sites das instituições de ensino federal superior da região Nordeste, do MEC, do IBGE, entre outros sites de notícias locais, buscados como forma de agregar conhecimento dos impactos a chegada da instituição federal em sua localidade. As autoras citam ainda a relevância da pesquisa bibliográfica:

[...] ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fitas magnéticas e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 57)

Também foram consultadas teses, dissertações de mestrado produzidas no âmbito da política educacional de expansão do ensino superior e da assistência estudantil em várias instituições federais do país.

A presente pesquisa monográfica – no âmbito da técnica de pesquisa – tem classificação como documental, com estudo de caso, para qual foi efetuado um levantamento de dados que traduzissem a realidade do tema pesquisado e dos indivíduos envolvidos num recorte do universo investigado através de três questões e respostas produzidas pela CPA, como amostra das condições temporais sobre o objeto da pesquisa a assistência estudantil no Campus do Sertão/sede. A importância de delimitar os focos da investigação decorre do fato de que não é possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado (ANDRÉ, 2013, p.99).

A coleta de dados se constitui uma das partes mais relevantes da pesquisa que se processa em uma amostra coletada, “a palavra amostra quer dizer uma porção, [...], os quais são apresentados para demonstrar propriedades da natureza ou qualidade de algo (TURATO, 2003, p. 351). Sobre as abordagem quali-quantitativa como metodologia o autor explica:

A diferença, [...], é que a pesquisa quantitativa procurará ver como o fenômeno se comportará matematicamente numa população, enquanto a pesquisa qualitativa buscará interpretar o que as pessoas dizem sobre o tal fenômeno e o que fazem ou como lidam com isso (TURATO, 2003, p. 362).

A análise dos dados servirá para responder pretensões estabelecidas nesse estudo, a partir do qual se demonstram os limites da política de assistência estudantil, ao mesmo tempo que se expõem sua importância e necessidade para uma região afastada e carente como é o Sertão Alagoano. Estas e outras questões serão aprofundadas neste texto que é fruto de uma investigação em nível de especialização.

Para uma melhor sistematização da proposta de estudar a política de assistência estudantil, a análise foi dividida em três capítulos a partir da seguinte organização interna: no primeiro capítulo, *o direito social e a política de educação no ensino superior no Brasil* para discutir a educação em tempos de neoliberalismo, bem como o ensino superior e as reformas universitárias. No segundo, explanamos sobre

Reuni - Expansão do ensino superior no Brasil e no Nordeste, analisando a expansão das universidades federais brasileiras em especial na região semiárida, bem como ações de assistência estudantil no ensino superior brasileiro e a criação do PNAES por meio do estudo do processo histórico que levou a construção de ambas; e no último, *a política de assistência estudantil na UFAL e seu desdobramento no Campus do Sertão*, onde será discutido as ações do PNAES no Campus do Sertão e a percepção dos estudantes dos cursos participantes do processo de autoavaliação organizada pela CPA/UFAL no ano de 2016, que possui três questões que se relacionam diretamente na percepção do estudante no âmbito da oferta e atendimento nas condições de alimentação no Campus, haja vista o RU está sem funcionamento.

I - O DIREITO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O estudo do direito à assistência estudantil no ensino superior, à luz do materialismo histórico dialético, passa pela discussão de seus pressupostos, deste modo, implica investigar sua gênese e natureza social, bem como, a função social que tem desempenhado ao longo da história, seu impacto sobre a esfera da educação em geral, e para o ensino superior em específico.

O direito social está intrínseco ao de cidadania, que foi sendo gestado ao longo da história humana por lutas e conflitos, sejam regionais ou intercontinentais, nas disputas entre os grupos sociais. Segundo Trindade, a burguesia surgiu como classe revolucionária e materializou a noção de direito social tal como hoje é conhecida, contudo, paradoxalmente:

Não fazia parte das cogitações dessa classe, nem dos seus pensadores liberais, universalizar o sufrágio, admitir direitos sociais aos trabalhadores, reconhecer como iguais e “integralmente” humanos os negros, as mulheres, os povos coloniais etc., ou mesmo, que a burguesia viesse algum dia a ser socialmente constrangida a procurar alguma resposta, por pífia que fosse, à questão da degradação ambiental (TRINDADE, 2010, p. 223).

O aprimoramento das regras de conduta até o que conhecemos atualmente como direito tem perpassado por conflitos desde os povos mais antigos que habitaram a região da mesopotâmia com os códigos e leis hebreias³, aos gregos que trouxeram a estrutura da *pólis*, ou seja, cidade-estado com seus homens-livres que exerciam o poder de decisão – deles excluídos mulheres e escravos – apresentando os primeiros modelos de democracia com a constituição de tribunais populares⁴. Paulatinamente foram se estabelecendo as referências “a leis não escritas de origem divina, que foram cedendo terreno para a ideia de direitos “inatos”, que seriam expressão de

³ Os códigos morais e jurídicos foram, ao longo dos séculos, desde os Dez Mandamentos até as Doze Tábuas, conjuntos de regras imperativas que estabelecem obrigações para os indivíduos, não direitos. A ERA DOS DIREITOS. (BOBBIO, 2004, p. 94)

⁴ Os privilégios de personalidade eram limitados aos homens livres e negados, deste modo, a 9/10 da população. (MONROE, 1984, p. 29).

necessidades postas ao homem pela natureza, ou de certo equilíbrio a ela inerente, como imaginaram alguns pensadores gregos e romanos” (TRINDADE, 2010, p. 20).

A conquista do direito e/ou aquisição da cidadania na história da humanidade tem se dado por blocos de mudanças que impulsionaram as transformações das relações sociais entre os grupos que a compõem. Alguns dos principais exemplos destas mudanças podem ser encontrados na transição para a idade moderna durante o período da Revolução Francesa e na Constituição Americana, ambas declaradas no final do século XVIII, proclamam liberdade e igualdade entre os homens. Servindo de argumento para um novo grupo de classes que se formava, os burgueses, pois ao viabilizar tal ideia, estes passam a sustentar-se como os reformadores e assim tal ideal passa a ter força de arma política contra os regimes monárquicos.

Trindade, na ideia de Marx, aborda o período que produziu algumas dessas ebulições, quando a sociedade feudal foi perdendo espaço.

Ademais, lembra Marx, no feudalismo a vida privada civil e a vida política estavam fundidas numa só dimensão, e a relação entre as pessoas fundava-se no privilégio, no direito desigual. Mas a passagem ao capitalismo, com a dissolução dos estamentos⁵, tornou necessário não só a separação entre vida civil e vida política, como também que a relação entre os homens passasse a ser baseada no direito (TRINDADE, 2010, p.54).

O direito social, também conhecido como direito do cidadão é a máxima expressão da emancipação política na sociedade capitalista. Inicialmente eles surgiram apenas com os direitos civis e políticos, e, de acordo com Trindade (2010), no processo da luta de classes foram ampliando para essa noção de direitos econômicos, sociais e culturais.

Ao analisar o conceito de direito social, Carvalho (2002) afirma que os “direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para

⁵ Na “França setecentista, como em quase toda a Europa continental, a população continuava rigidamente repartida em estamentos sociais (conforme o nascimento das pessoas ou conforme abraçassem a carreira religiosa), os chamados “estados” ou “ordens”. O primeiro estado era o clero, o segundo a nobreza, e o terceiro estado eram os plebeus livres em geral – o que colocava na mesma mochila de obrigações, interdições e tributos a burguesia, os empregados de suas manufaturas, os mestres artesãos urbanos e seus aprendizes, os camponeses livres, os pedintes, enfim, todos os que não tivessem sangue “azul” ou uma tonsura a distinguir-lhe o cume da cabeça” (TRINDADE, 2010, p. 24).

todos”. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social, desse modo, os direitos sociais funcionam como amortizadores dos efeitos das desigualdades sociais produzidas pelo modo de produção capitalista e atualmente capitaneada pelos organismos internacionais.

Na contemporaneidade, o direito social torna-se a materialização da emancipação política na sociedade burguesa. O professor Tonet (2015) em suas pesquisas sobre emancipação nos relata que:

Para Marx, a emancipação política é um processo que ocorre na transição do feudalismo ao capitalismo. Este processo é marcado, essencialmente, pela reconfiguração das relações entre as dimensões econômica e política existentes no sistema feudal, com óbvios reflexos e determinação recíproca com todos os outros aspectos da realidade social (TONET, 2015, p. 280).

Assim, o modo de produção capitalista impôs mudanças econômicas e políticas que reconfiguraram todas as demais esferas das relações sociais. Levando as transformações societárias gestadas pela revolução burguesa a um novo sistema que passou a regularizar as relações sociais desde então, ou seja, a relação entre os que possuem os meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho, surgindo o capital como força motriz que viabilizaria no lucro seu sustentáculo.

A estruturação societária nos moldes dessa produção capitalista torna-se modelo de relações sociais que se expande produzindo e reproduzindo desigualdades e exclusões, onde o Estado burguês passa a buscar formas de enfrentamento do crescente empobrecimento nas áreas industrializadas que se urbanizavam desordenadamente⁶. A forma que as autoras Behring e Boschetti relacionam a política social nessa dinâmica expressa esse fenômeno.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 51).

⁶ A profissão do assistente social perpassa por essa dinâmica onde Yamamoto; Carvalho (2009, p. 77) explanam que o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, [...].

Surgindo assim, como meio de amenizar as consequências provocadas pela crise do capital às políticas sociais, que são gestadas por governos que vão adaptando métodos e ações em planos e programas de abrangência nacional. Daí a necessidade da operacionalização dos serviços na política social, sendo que a maior parte dessas ações são financiadas por instituições financeiras internacionais, que exigem contrapartidas que assegurem tal financiamento. O professor Tonet (2016) nos esclarece que, “as verdadeiras autoridades são o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e outras instituições internacionais, sob clara hegemonia dos interesses norte-americanos.”

Demo (2007) explica que a política social pode ser contextualizada, de partida, do ponto de vista do Estado, como proposta planejada para o enfrentamento das desigualdades sociais.

No Brasil, o direito social para o cidadão brasileiro ao longo de sua história político-democrática, foi gestado sob eventos de lutas e movimentos populares desde sua colonização, até que veio a ser garantida na forma de lei com a Constituição de 1988 onde no capítulo II dos Direitos Sociais elenca em seu artigo 6º - “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Assim, podemos perceber a educação inserida como direito decretado em Lei, que possibilita sua efetivação através de mecanismos materializados em planos, programas e projetos que o Estado implementa como ações mantenedoras para toda a população ter acesso a essa política.

No âmbito do desenvolvimento do direito como um todo, observa-se, nesse percurso o seguinte: o direito civil que nos remete ao conceito de liberdade, da propriedade privada, do direito de escolhas. O direito político nos leva a ter o acesso a participação na vida política e no poder de participação nas ações governamentais de sua nação, já o direito social pode ser visto como a garantia do mínimo⁷ necessário

⁷A autora Potyara em sua obra *Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais*. Descreve que é notório ao longo das organizações sociais, independentemente de suas estratificações, ações individuais ou coletivas que visam prover necessidades humanas básicas sejam biológicas ou materiais, produzindo resultados isolados e pontuais como resposta. No século XX é que os mínimos de subsistência passaram a ser vistos à luz de valores que, identificados com os princípios de liberdade, equidade e justiça social, conferiram-lhe um novo *status* (2011, p.17).

para assegurar a dignidade humana, a qualidade de vida para a sociedade como o acesso aos bens públicos e a defesa de padrões que garantam a cidadania. De um modo geral são direitos que buscam possibilitar a vida numa sociedade equânime.

No Brasil, a despeito das situações díspares vivenciadas em sua atual conjuntura socioeconômica e política de instabilidade, onde tem a Constituição Federal, carta magna prestes a completar 30 anos, conhecida por muitos como “*Constituição Cidadão*”. Por trazer vários artigos frutos de movimentos sociais acontecidos há época de sua redação representa ainda hoje para grande maioria os mesmos reclames na busca para assegurar seus direitos e deveres, enquanto cidadãos desse país.

A gestão do Estado brasileiro, que possibilita a viabilidade desses direitos, ainda passa por interesses contraditórios vinculados com o sistema de produção capitalista que em sua gênese tem a dominação, por uma minoria, dos meios de produção, e conseqüentemente da maior parte do lucro dessa produção em detrimento da grande maioria populacional que só possui sua força de trabalho à venda como garantia por uma renda mínima para sobrevivência. E que recorrem aos mecanismos das políticas sociais como subsídio que vinculam sua manutenção cidadã, já que o Estado lhe concede esse aporte.

A legislação brasileira concede como direito fundamental a educação que se constitui como uma oportunidade de formação pessoal e profissional, bem como um exercício de cidadania como elenca o artigo 205º, capítulo III – “Da educação, Cultura e Desporto, Sessão I, da nossa Constituição Federal de 1988: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e no artigo 206º, preceitua: “o ensino será ministrado com base em um dos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência escolar; [...]” (BRASIL, 1988).

Assim, temos na educação um dispositivo legal garantindo um direito fundamental para uma condição mínima no exercício de cidadania.

O direito à educação na sociedade atual é marcada pela política neoliberal que apresenta algumas particularidades, no Brasil ele assume funções que, de certo

modo, apresenta características do contexto mercadológico. É o que será discutido a seguir.

1.1 A educação em tempos de neoliberalismo.

As políticas educacionais no Brasil estão na Constituição Federal de 1988 (Art. 205º), na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Art. 03º), no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (Art. 53º), nas Constituições dos Estados e Leis Orgânicas Municipais. Estabelecendo normas, diretrizes e bases para o ordenamento e gestão da educação no país, caracterizando o direito subjetivo que visa implementar o acesso ao ensino público a toda população.

Ainda na legislação sobre a política educacional é possível verificar o apelo ao regime de colaboração e o compartilhamento de responsabilidades entre o Estado e a sociedade civil – noutras palavras, incentivo ao avanço do ensino privado – e à descentralização, sobretudo no tocante ao financiamento da educação pela redistribuição de recursos entre os entes municipais, estaduais e a União. Segundo os pesquisadores da área, a exemplo de Saviani, Vieira, Frigotto, em tempos proporcionais houve mais descentralização de responsabilidades, do que dos recursos.

No que se refere à educação, Azevedo (2008) debate a “educação como uma política pública de corte social” trazendo um resgate histórico de abordagens aos estudos das políticas públicas, num exame que passa pelas vertentes do neoliberal ao marxismo, expondo uma visão de que as políticas públicas sofrem interferências das mudanças sociais e tecnológicas.

Constroem-se, pois, a partir das representações sociais que cada sociedade desenvolve a respeito de si própria. Segundo esta ótica, as políticas públicas são ações que guardam intrínseca conexão com o universo cultural e simbólico ou, melhor dizendo, com o sistema de significações que é próprio de uma realidade social. (AZEVEDO, 2008, s/p)

Podemos considerar que as ações governamentais passam por fases e moldam-se a partir de interesses gestados ao sistema que regula essas ações. Santomé (2003) relaciona que:

A construção do Estado do Bem-Estar foi resultado de políticas intervencionistas dos governos, a fim de promover uma certa redistribuição dos recursos e da riqueza. Em um mercado puro, sem intervencionismo do Governo, a educação, a saúde, a moradia, a alimentação, etc., seriam privilégio de uma minoria, pois o restante da população acabaria na mais pura marginalização e miséria. (SANTOMÉ, 2003, p. 15)

Mesmo se apresentando como mediação dos antagonismos sociais, o direito social é restrito a poucos, na educação não seria diferente. Ainda no pensamento de Azevedo (2008):

Situar a educação como política social do Estado Capitalista significa, antes de tudo, admitir a refuncionalização social dos sistemas educacionais em face de mudanças qualitativas ocorridas na fase monopolista do capitalismo, tanto em relação a organização da produção quanto em relação as estruturas jurídico-políticas e as relações sociais globais. Significa, ainda, admitir que os sistemas educacionais, no mundo capitalista contemporâneo, respondem de modo específico às necessidades de valorização do capital, ao mesmo tempo em que se consubstanciam numa demanda popular efetiva de acesso ao saber socialmente produzido. (AZEVEDO, 2008, p. 16)

A educação não é apenas um direito social, na perspectiva do capital; é a esfera social que, segundo Tonet (2010), por sua natureza permite aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos que lhes permitam inserir-se no processo social. De acordo com Dermeval Saviani⁸, é responsável por transmitir ao indivíduo singular a produção da cultura produzida pelo gênero humano.

O que na sociedade capitalista, a educação acaba por se tornar mais um dos mecanismos de controle social, seria totalmente absurdo esperar que o sistema capitalista pudesse proporcionar a todos uma igualdade de acesso à educação, uma vez que ela é subordinada aos imperativos da reprodução do capital, matriz da desigualdade social (TONET, 2010, p. 103).

É notório, desde o século passado o cíclico processo de crises do sistema capitalista que teve como resposta para a retomada do equilíbrio econômico em vários países na década de 70 a corrente ideológica do neoliberalismo que se estrutura baseada no Estado mínimo, no livre mercado; onde as políticas sociais são tidas como gastos que custariam crescente endividamento do orçamento público.

⁸ Síntese do diálogo disponibilizado no canal Leituras Brasileiras. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk>> acesso 07 de agosto 2018.

Assim, nos países de economia dependente e em desenvolvimento como o Brasil, a política econômica se estrutura sob a égide de órgãos financeiros internacionais que apresentam metas e condicionalidades para estruturar os planos e programas do Estado Nacional, e com a política educacional não seria diferente. Tonet esclarece:

Esse tipo de organização mundial (FMI, OCDE, Banco Mundial, OMC), com o apoio das grandes empresas multinacionais, é o grande cérebro das políticas neoliberais, [...] influenciar sensivelmente o trabalho de instituições de formação e educativas, especialmente as universitárias (TONET, 2010, p. 19).

Aos poucos a educação vai tomando aspectos de mercadoria, onde a ascensão das instituições privadas traz à tona processos mercadológicos nas várias modalidades de ensino, viabilizando a aquisição do conhecimento como um produto a ser escolhido pelo preço ofertado na concorrência das instituições de ensino privadas. Comprometendo a universalização da educação formal, pois que é Dever do Estado assegurar-lo e Direito do cidadão brasileiro, conforme preconiza o Art. 205º da Constituição Federal de 1988.

No Subitem seguinte iremos discutir a educação brasileira no ensino superior em seu contexto histórico de reformas universitárias.

1.2 O Ensino Superior e as Reformas Universitárias

Considerado como o ensino que produz intelectuais e cientistas nivelados para a alta classe em uma sociedade, o ensino superior tem sua gênese na Antiguidade do pensamento greco-romano que durante a Idade Média tem sua organização voltada para o contexto filosófico, dado o preceito do pensamento teológico das escolas monásticas. A laicização da educação começa a partir da urbanização dos centros medievais, embora o conhecimento ainda apresente a direção de instituições religiosas. A concepção moderna de universidade surge com o advento do Iluminismo e das descobertas científicas do século XIX (Wanderley, 2003).

Daí o ensino superior ter sido por longos anos acessado por quem pertencia à aristocracia, assim o conhecimento ficava cerceado nas mãos de quem iria exercer o

poder político. Historicamente o acesso ao ensino superior apresenta caráter seletivo, que no Brasil encontra suas raízes desde o período imperial com a distinção entre o ensino nacional e o provincial, quando os egressos do colégio Pedro II tinham direito a entrar diretamente em cursos superiores, e os demais a prestar exames de habilitação (Wanderley, 2003, p. 55).

Ao longo de seu desenvolvimento a universidade apresenta-se como lócus de produção do saber produzido, ou conhecimento acadêmico que delinea na sociedade suas descobertas e metodologias subsidiando renovação tanto intelectual quanto tecnológica na vida social. O autor Wanderley esclarece que:

Herdeiras das instituições do mundo grego-romano, as universidades foram assumindo no contexto religioso do Oriente e do Ocidente especificidades. Criadas para formar uma elite aristocrática, depois complementadas por uma elite de mérito, elas irão sofrendo mutações através dos tempos e se adequando às novas condições impostas pela realidade. Com a revolução industrial e a consolidação do modo de produção capitalista, surgiram exigências de especializações e técnicas que se ajustassem à nova divisão social do trabalho. (WANDERLEY, 2003, p.18).

Paulatinamente, nas universidades os cursos e o ensino foram se adequando aos processos de desenvolvimento econômico e social segundo as características peculiares dada a geração do processo sistêmico. Pensadas para formar os filhos da aristocracia, logo elas serão pressionadas a atender aos reclamos de mobilidade social que a industrialização começa a impulsionar. Pouco a pouco se transformaram no lugar apropriado para conceder a permissão para o exercício das profissões, com o reconhecimento dos títulos e diplomas (WANDERLEY, 2003, p. 18).

A gênese da educação formal brasileira veio com os jesuítas, sua catequese assegurou a conversão da população indígena, como também a preparação e mediação entre os colonos, enquanto os filhos da aristocracia rural eram mandados para continuar sua educação em cursos superiores na Universidade de Coimbra⁹.

No início do século XIX a família real portuguesa e parte de sua corte aportaram na colônia brasileira, dadas as circunstâncias históricas que culminaram com sua permanência por doze anos, toda uma infraestrutura foi sendo construída a partir de então, as mudanças advindas desse período foram relevantes e mudaram os rumos no segmento da educação e da cultura, que a principal delas foi a educação, sem

⁹ Soares, 2002, p. 31. Nela se graduaram nas três primeiras décadas de história do Brasil mais de 2.500 jovens brasileiros.

dúvida, a criação dos primeiros cursos superiores (não teológicos) na colônia¹⁰ (ROMANELLI, 2012, p.28)

A autora descreve que se iniciaria a base para o processo de influência do pensamento da ideologia burguesa que provocaria anos depois a independência política da colônia, à medida que proporcionava educação para a elite aristocrática. Em sua análise havia se iniciado assim um sistema educacional dual, que separa a educação do povo (escola primária e escola profissionalizante) e a educação aristocrática (escolas secundárias e escolas superiores).

No início do século XX o Brasil, oficialmente tem sua primeira Universidade Federal, a Universidade do Rio de Janeiro criada pelo Decreto 14.343, de 7 de setembro 1920, onde reunia administrativamente, os cursos pré-existentes: Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito. Sua criação se vincula a comemoração do Centenário da Independência que teve a visita do Rei da Bélgica, o qual receberia o título de Doutor Honoris Causa e para tal havia a necessidade de criar uma instituição apropriada que lhe outorgasse tal título (SOARES apud FÁVERO, 2002, p. 33).

Criada através da burocracia protocolar a Universidade do Rio de Janeiro veio a se chamar em 1937 Universidade do Brasil, depois retomou ao nome original e somente em 1965 passou a ter sua denominação atual: Universidade Federal do Rio de Janeiro¹¹.

Vale ressaltar que através da mobilização do secretário de educação à época, Anísio Teixeira, emérito educador, foi criado nesse período a Universidade do Distrito Federal (UDF), sediada na cidade do Rio de Janeiro, apesar de ter existido por período inferior a quatro anos essa instituição marcou significativamente a história da universidade no país, pela forma criadora e inovadora com que a experiência se desenvolveu (FÁVERO, 2006).

A autora explica que a UDF aparece com uma vocação totalmente diferente das instituições existentes: “lugar de atividade científica livre”, mas que devido ao período de cerceamento imposto pelo Estado Novo essa autonomia de produção do conhecimento foi cerceada e a instituição extinta com o afastamento de Anísio Teixeira.

¹⁰ Romanelli, idem, p.39. Curso de cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro, Academia Real da Marinha e Academia Real Militar.

¹¹ Disponível em: <<https://ufrj.br/historia>> Acesso em 05 de janeiro de 2018.

Percebemos como a política de educação superior era restrita e centralizada nos centros urbanos do país que tem balizado sua gênese tardia com a característica elitista. Romanelli (2012) expõe como a evolução do ensino superior brasileiro foi se acentuando num sistema aristocrático seletivo e marginalizante:

Até os anos 1920, a educação comportou-se como um instrumento de mobilidade social, no sentido mais amplo do termo. Os estratos que manipulavam o poder político econômico utilizavam-na como distintivo de classe, e as camadas médios urbanas procuravam-na como principal via de ascensão, prestígio e integração nos estratos dominantes. Foi nessa sociedade que se originou e cristalizou o padrão de ensino superior brasileiro. Nele não havia uma função “educadora” para os níveis primário e médio, razão pela qual estes não mereceram atenção do Estado, senão formalmente, e a escola média jamais conseguiu organizar-se como tal, a não ser através de honrosas exceções partidas da iniciativa privada (ROMANELLI, 2012, p. 266).

O avanço tecnológico e as novas conquistas no âmbito das ciências (Sociologia, Física, Química, entre outras) notabilizaram transformações na educação e no ensino que foram produzindo mudanças nas políticas educacionais e na organização da gestão de suas instituições.

Na América Latina já no início do século XX ocorreu na Argentina um movimento estudantil que acarretará na publicação do *Manifesto de Córdoba em 1919*, que impulsionará a reforma universitária no continente. O movimento confrontava a metodologia e o pensamento arcaico e autoritário vigente na instituição diante das ebulições sociais à época, tais como a Revolução Russa (1917) e a I Guerra Mundial (1914).

Esse movimento iniciado entre os estudantes de Córdoba na Argentina, influenciará o pensamento de mudanças na organização educacional também no Brasil, que no Governo de Getúlio Vargas pós revolução de 1930 cria o Ministério da Educação e Saúde, onde seu primeiro titular Francisco Campos¹² reformula a Educação Brasileira por meios de vários decretos, entre estes, o Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que regula o Estatuto das Universidades Brasileiras, e dispõe sobre a organização do ensino superior no país.

Instituiu a primeira abertura para novas universidades públicas (federal, estadual e municipal) e particulares, estas sob a fiscalização do Governo Federal, deixando a autonomia jurídica e um corpo administrativo ligado por reitorias, observa-

¹² Participa da reforma escolanovista de Educação em Minas Gerais em 1927 (FÁVERO, 2006).

se aqui a primeira expansão do ensino superior, com destaque ao setor privado, que financia a abertura das universidades religiosas. Romanelli (2012), Fávero (2006) situam que se multiplicam as universidades em todo o território nacional com característica de formação profissional, sem a devida identificação com a pesquisa científica.

Na primeira metade do século XX se consolida no Brasil a industrialização e a consequente expansão da vida urbana, atraindo pessoas para ocupar esses espaços de trabalho exigindo destas uma maior qualificação na educação formal e técnica. A intensificação desse processo produz uma demanda por educação que “a estreita oferta de ensino de então começa a chocar-se com a crescente demanda” (ROMANELLI, 2012). A autora relaciona fatores econômicos a evolução da educação ao analisar:

O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades de consumo que essa produção acarreta. [...] Onde, pois se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho. (ROMANELLI, 2012, p. 62)

O período desenvolvimentista que se seguiu no país com a industrialização, o aumento do mercado, os métodos de empresa moderna que chegavam via influência do modelo norte-americano marcou decisivamente a reforma universitária estabelecida depois de 1964 (Wanderley, 2003).

Já no fim da II Guerra Mundial (1947), o mundo apresenta-se numa crescente divisão econômica, político-administrativa, onde os blocos socialistas e capitalistas se confrontam abertamente. Na segunda metade do século passado a influência e a dominação desses blocos se espalham pelo globo ocasionando rupturas através de revoluções entre nações e no Brasil o regime militar (1964-1985) toma o poder caracterizado como Governo Ditatorial com ditames da repressão, censura, prisões arbitrárias com torturas e desaparecimentos de pessoas vinculadas aos movimentos sociais e estudantis¹³ que reivindicavam a autonomia democrática no país e melhorias nas estruturas e não privatização do ensino público.

¹³Segundo o Relatório da CNV (Comissão Nacional da Verdade) órgão temporário criado pela Lei 12.528, de novembro de 2011 no Governo Dilma, para apurar graves violações dos Direitos Humanos

Duramente repreendidos pelo Governo, esses movimentos estudantis ficaram na ilegalidade e a União dos Estudantes (UNE) é considerada extinta¹⁴.

Nesse período constata-se a criação do Programa de Expansão e Melhoria das Instituições de Ensino Superior¹⁵ (PREMESU), decreto nº 73. 857 criado em pelo governo militar de Emílio G. Médici, de 14 de março de 1974 que elenca normas sobre vínculos, convênios e financiamentos. E no artigo 12º alínea 2 elenca: “O PREMUSU – Terá a seu cargo o projeto oriundo do Contrato de Empréstimo nº 158-SF-BR, em 6 de dezembro de 1967, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)”.

Fica evidente o financiamento externo no desenvolvimento do país que vai consolidando sua dependente com essas agências internacionais, provocando a mobilidade estudantil nesse período que reivindica uma educação pública e de qualidade que se estruture na democracia. Desencadeando no país movimentos e ações de confronto dos estudantes contra o então Governo vigente que em 28 de novembro de 1968 aprovação da Lei nº 5.540 que reforma o ensino superior. Fávero (2006) coloca o seguinte:

Os seminários da UNE sobre a Reforma Universitária no início dos anos 60, de modo geral, colocam sempre o problema da universidade articulado com as reformas de base e questões políticas globais. Contudo, de abril 1964 a 1967, as discursões no movimento estudantil passam a centrar-se sobretudo em dois pontos: a) revogação dos Acordos MEC/USAID, e b) revogação da Lei Suplicy (Lei 4. 464, de 9.11.1964), pela qual a UNE foi substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes (FÁVERO apud FÁVERO, 2006, p. 30).

As mobilizações estudantis tidas como subversões ao regime de governo ditatorial que, como forma de aplacar sua efervescência, decreta o Ato Institucional AI – 5, de dezembro de 1968 que define medidas infracionais disciplinares contra professores, alunos e funcionários públicos. Cria também o Decreto nº 62.024 de 29 de dezembro de 1967, que “institui uma comissão especial para propor medidas

entre os anos de 1946 a 1988, encerrando suas atividades em 10 de dezembro de 2014 com a entrega do relatório final. Entre os dados consta 434 vítimas fatais durante a ditadura militar nos anos de 1964 a 1985 (Relatório CNV - Volume III, capítulo 12 - das Mortes e desaparecidos políticos, p. 94).

¹⁴ Criada em 1939 como órgão mediador entre os estudantes e as instituições de ensino. No período do regime militar ficou na ilegalidade, retomando sua legalidade com a Lei da Anistia em 1979.

¹⁵ Através desse financiamento a Universidade Federal de Sergipe teve sua expansão do Campus de São Cristóvão (Relatório de Gestão UFS, 2016, p.13).

relacionadas com os problemas estudantis” (BRASIL, 1967), presidido pelo General Meira Matos.

Em decorrência da situação surge novo Decreto 62.037, de 02 de julho de 1968, que institui a criação do Grupo de Trabalho que deveria buscar respostas urgentes para a chamada crise universitária, além do relatório Atcon produzido pelo teórico norte-americano Rudolph Atcon, que fornecerá subsídios para a Reforma Universitária de 1968. Fávero (2006) esclarece que:

No documento *Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira*, editado pelo MEC em 1966, o consultor americano faz sugestões e recomendações que, no seu entender, tornariam possível a adequação do ensino superior e das instituições universitárias às necessidades do país. O projeto da Reforma Universitária incorpora algumas das propostas do *Plano Atcon*, como: defesa dos princípios de autonomia e autoridade; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente; criação do centro de estudos básicos. Entre as propostas e recomendações feitas por Atcon encontra-se a criação de um conselho de reitores das universidades brasileiras¹⁶ (FÁVERO, 2006, p. 3, grifo da autora).

Nota-se o quanto o ensino superior estava sendo direcionado e cerceado com as propostas externas, a autora continua ao analisar que:

Entre as medidas propostas pela Reforma [...], sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de crédito e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação. [...] Após essa breve análise sobre a implantação da Reforma Universitária de 1968, constata-se que, a partir dos anos 80, surgem várias propostas para reformulação das instituições universitárias. Será oportuno lembrar que tanto a reorganização do movimento estudantil, como a de outros grupos da sociedade civil no final dos anos 70, com a abertura política e a Lei de Anistia (FÁVERO, 2006, p. 34).

Dada a crise do petróleo na década de 70 desestabilizando a economia mundial e conseqüentemente a nacional, que junto à insatisfação popular sobre o regime militar causaram o seu fim em meados dos anos 80, deixando o país em grave crise inflacionária e num colapso econômico conhecido entre os historiadores como a “década perdida”. Nos anos 90 mesmo após a redemocratização e a abertura política, a crise econômica perdura e Leite (2015) esclarece:

¹⁶ O Conselho de Reitores das Universidades Brasileira (CRUB), criado em 1966, teve como primeiro secretário-geral o senhor Rudolph Atcon entre 1966 a 1968 (FÁVERO, idem, p. 31)

É consensual que nos anos 1990 iniciou-se no Brasil, e de forma mais acentuada no Governo de FHC, um processo de ajustamento do projeto político nacional à nova ordem mundial. Esse ajuste perpassava todas as esferas de ação do Estado, inclusive a educação superior, que passou a constituir-se em alvo de incisiva política oficial norteada pela ótica e racionalidade econômicas neoliberais (LEITE, 2015, p. 20).

E as medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o descontrole inflacionário repercutiu sobre a política educacional que direcionaremos para o nível de ensino superior constatado entre os documentos produzidos durante os Fóruns Nacionais de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis¹⁷, realizados nessa fase aguda das restrições governamentais e que incansavelmente produziram documentos direcionados ao MEC na tentativa de sensibilizar o Governo à época para as precárias condições da assistência estudantil e suas estruturas físicas no tocante aos restaurantes universitários e as casas de estudantes.

Em sua análise, Leite (2015) informa que “nessa conjuntura sócio-histórica, difundia-se a ideia de que nas universidades federais a elite era maioria, visão presente até mesmo no interior do próprio MEC”, justificando a precariedade crescente na manutenção da assistência estudantil nas IFES e deixando fragilizado a permanência de estudantes com grau de vulnerabilidade socioeconômico. A autora continua ao relatar que:

Com o fim da ditadura militar, vislumbra-se um processo de redemocratização da sociedade civil e da criação de um Estado democrático de direito. É nesse contexto que ganha destaque as lutas dos principais sujeitos coletivos como o FONAPRACE, a SENCE e a UNE, em prol da positivação da assistência ao estudante universitário, ou seja, para a efetivação da assistência enquanto uma política pública, mantida com recursos do Governo Federal (LEITE, 2015, p.14).

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), conjuntamente com o Fórum Nacional dos Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), através dos encontros nacionais ocorridos em várias capitais do país entre 1985 à 1992 - fase aguda do esfacelamento dos direitos sociais – produziram documentos próprios que explicitaram e

¹⁷ Nesses encontros, marcadamente em 1987, cria-se o FONAPRACE como órgão representativo e mediador para discutir, elaborar e propor ao MEC políticas de promoção e apoio aos estudantes. (Revista 25 anos – FONAPRACE, 2012, p.15)

possibilitaram agregar junto ao Ministério da Educação (MEC) iniciativas que viabilizassem melhorias nas estruturas e a reivindicação da criação de orçamento próprio para as IFES tratarem a urgente questão da assistência aos estudantes.

A partir da iniciativa do FONAPRACE em realizar a I Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das Universidades Federais entre 1996 a 1997, com participação das IFES existentes a época, verificou-se que 44,29% dos estudantes de graduação encontram-se entre as categorias C, D e E, necessitando portanto de algum tipo de assistência¹⁸ (FONAPRACE, 2012, p.20).

A presença do Governo popular no início dos anos 2000 marca gradativamente evidências de ações na política educacional voltada ao ensino superior no Brasil. Consequentemente, foram sendo implantados programas, planos e decretos como dispositivos legais para melhorias nas condições de permanência e a conclusão desses discentes que apresentam dificuldades socioeconômicas.

Entre estas medidas, podemos citar o Plano Nacional de Assistência Estudantil (2001) que irá balizar os princípios norteadores das ações para a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 e na expansão do ensino superior o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Decreto 6.096 de, 24 de abril de 2007 que serão discutidos e desenvolvidos nos capítulos seguintes.

¹⁸ Os universitários perceberam que o FONAPRACE lutava pelas mesmas reivindicações em relação ao espaço e ao fortalecimento da AE. “Assistência Estudantil: uma questão de investimento”, frase que passou a ser uma espécie de bandeira para a mobilização a favor da AE (FONAPRACE, 2012, p. 21).

II – O REUNI - EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NO NORDESTE

Quatro grandes movimentos nos últimos vinte anos são responsáveis pelo aumento da procura no ensino superior brasileiro: Expansão do número de faculdades e universidades públicas e privadas; oferta de cursos de graduação em modalidades semipresenciais e a distância; redistribuição geográfica das universidades públicas com destaque para a interiorização e as políticas de acesso (Enem, Sisu, Cotas, Fies, Prouni) e permanência (PNAES, Bolsa permanência, entre outros programas institucionais).

A defesa da democratização na educação em todos os níveis vem sendo discutida desde o final do século XX através de encontros e convenções coordenados por órgão internacionais, entre estes a Organização da Nações Unidas para Educação (UNESCO) e marcadamente a Conferência Mundial Educação para Todos, ocorrida em 1990 na cidade de Jomtien na Tailândia, que estabelece propostas para a questão da universalização da educação básica e a qualidade desse nível de ensino nos países de economia dependente, colocando a educação básica enquanto direito a ser garantido por Lei.

No âmbito do ensino superior ocorreu na cidade de Paris, em 09 de outubro de 1998 a Conferência Mundial que tratou sobre a Educação Superior, onde foi elaborado um documento conhecido como: *Declaração Mundial Sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação*. Em seu Art. 3º item d, está redigido sobre a igualdade de acesso da seguinte forma:

d) Deve-se facilitar ativamente o acesso à educação superior dos membros de alguns grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e linguísticas, de grupos menos favorecidos, de povos que vivem em situação de dominação estrangeira e pessoas portadoras de deficiências, pois estes grupos podem possuir experiências e talentos, tanto individualmente como coletivamente, que são de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações. Uma assistência material especial e soluções educacionais podem contribuir para superar os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam, tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos na educação superior (UNESCO, 1998).

Esse movimento tem repercutido nas ações e medidas das políticas educacionais brasileiras, que serão criadas durante esse período como a LDB/96 e o

Primeiro Plano Nacional de Educação-2001/2010 (PNE), refeito em 2011 e aprovado em 2014 com metas até 2024. Evidente que essas ações terão repercussões sobre o aumento na procura por vagas e conseqüentemente adaptações na expansão das instituições de ensino, tendo em vista a crescente demanda de estudantes.

Em 1998 é criado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anízio Teixeira (INEP), para avaliar a qualidade do ensino médio no país, que gradativamente as IES foram absorvendo como modalidade avaliativa de acesso ao ensino superior em substituição ao tradicional exame do vestibular.

Em 12 julho de 2001, o Governo Federal institui a Lei 10.260, que dispõe sobre o fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), em seu artigo 1º elenca “destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação” entre outras medidas. E após quatro anos surge o Decreto 5.493, de julho de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (Prouni) que destina-se a “concessão de vagas através de bolsas de estudo parciais e integrais” para estudantes na rede de ensino particular, em contra partida a isenção fiscal da instituição que aderir.

Percebe-se a princípio que as medidas tomadas para a democratização do direito a educação passa pela financeirização para a rede privada através do financiamento governamental. Goes se refere nesse aspecto em sua análise:

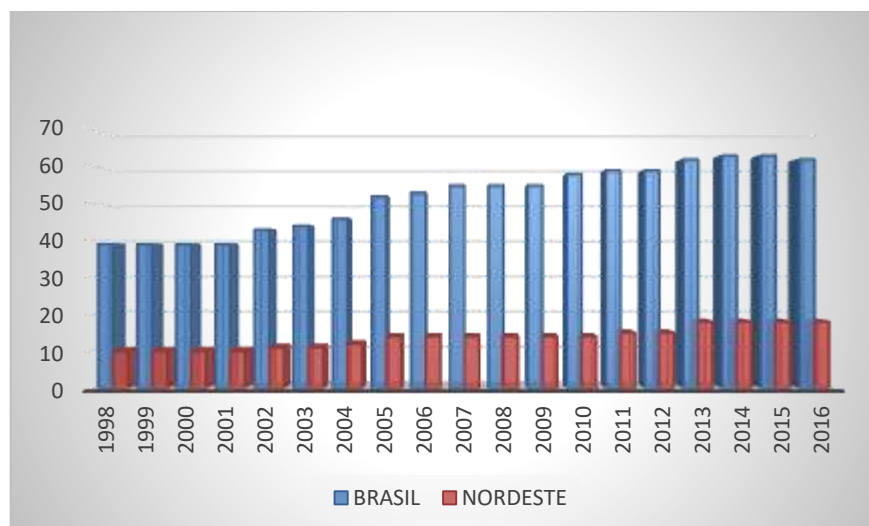
É importante ressaltar que o FIES e o PROUNI são políticas que objetivam democratizar o acesso à educação superior, porém, isso ocorre pela via privada e não se garante as condições de permanência por atribuir prioridade somente ao acesso. No bojo dessa discursão, evidencia-se novamente o estímulo à expansão das instituições de ensino particulares, como aconteceu no período da Reforma Universitária de 1968. Esse processo vem beneficiando uma arquitetura lucrativa de modo que acolhe a demanda estudantil que ficou de fora das seleções das universidades pública, representa um baixo custo para o Governo, influencia o crescimento do setor privado e, ao mesmo tempo, atende às demandas do mercado por profissões específicas (GOES, 2016, p.36).

Em 2010 é criado pelo MEC o Sistema de Seleção Unificado (Sisu), que oferece vagas aos candidatos participantes do Enem por meio de seleção informatizada para os melhores classificados via Enem. Há também criação da política de ações

afirmativa¹⁹ (Lei de Cotas), que estabelece critérios (etnicorraciais, socioeconômicos) para reservas de vagas nas instituições federais aos estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Assim, torna-se inevitável implantação de medidas que estrutrem e expandam as instituições de ensino e possibilitem a sustentação desse crescimento.

Nesse contexto, a expansão do ensino superior federal teve incremento governamental com vista a interiorizar os campi das instituições públicas no país. Implanta-se o Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, com o “objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Reuni, Art. 1º)”. A primeira fase acontece entre os anos 2003 a 2007, onde se estabelece metas para a interiorização das universidades que apresentassem projetos de expansão, o programa veio gradualmente aumentando em todo o país as taxas de universidades, cursos, matrículas, conclusões e recursos humanos entre o discentes e técnicos administrativos, que também representam metas de alcance do programa.

GRÁFICO 1 – Número de Universidades Federais - Expansão entre 1998 a 2016



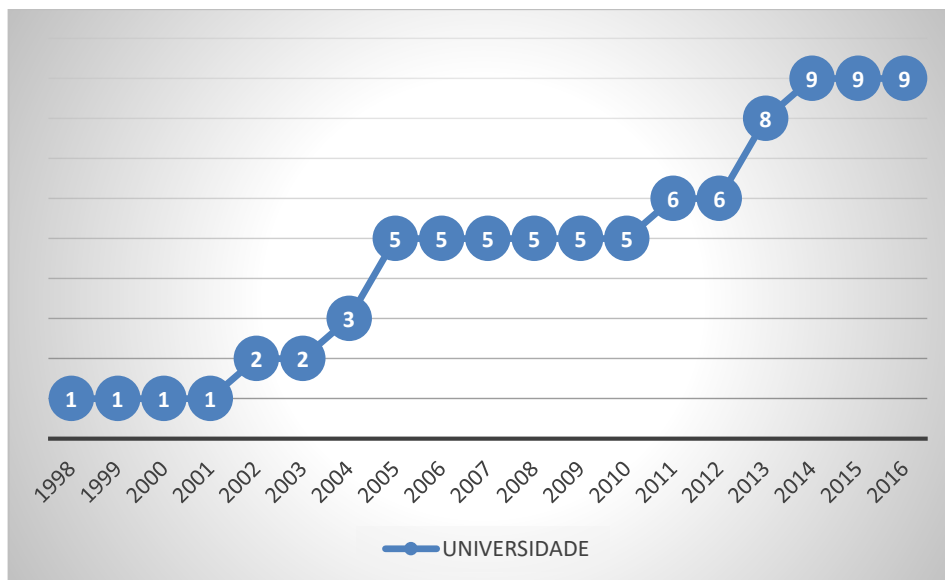
FONTE: Dados da Sinopse Estatística do Censo da ação Superior (INEP/Brasil)

¹⁹ Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

O gráfico apresenta evolução na criação das universidades federais entre o Brasil e o Nordeste, verificamos acréscimo de 24 IFES em todo o país entre 1998 a 2016, destas no Nordeste foram implantadas 08 universidades. Atualmente, a região possui 18 universidades federais, um significativo aumento que repercute a ampliação e interiorização dos *campi* nos municípios afastados das metrópoles.

Situação relevante resultado dos incrementos implantados em menos de duas décadas através dos programas federais. No gráfico seguinte verificamos a expansão das universidades para o interior do nordeste.

GRÁFICO 2 – Expansão das Universidades Públicas Federais no Interior do Nordeste entre 1998 a 2016



FONTE: Sinopse Estatística do Censo da Educação Superior (INEP/Brasil)

A interiorização do ensino superior federal no Nordeste veio expandir a partir dos programas criados no início do século XX, como demonstra o gráfico. Significando que as IFES impulsionaram sua expansão quando aderiram aos programas de financiamento governamental. Inicialmente, o Programa de Expansão do Sistema Público Federal de Educação Superior (2004/2006) e depois com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (2007) (BRASIL, 2012). Retomando a expandir entre 2010 a 2014, no desenvolver das fases seguintes do REUNI que busca diminuir as disparidades regionais com a criação de

novas universidades. Representa o resultado da política expansionista que o Governo Federal vem desenvolvendo ao longo desse período como forma para atingir a meta 12²⁰ estabelecida no PNE (2012/2024).

Na tabela seguinte podemos comparar a expansão em matrículas nos anos anteriores e pós Reuni/PNAES, nesse segmento educacional entre o Brasil, Nordeste e Alagoas por categoria privada e pública. Que elevaram o número de cursos na modalidade presencial e a distância e a criação de novas vagas no turno da noite para os estudantes trabalhadores.

TABELA 1 – Expansão das matrículas nos setores público e privado – Brasil, Nordeste e Alagoas – 1996 a 2016

Ano	Brasil		Nordeste		Alagoas	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1996	166.494	347.348	39.451	26.322	1.896	1.943
2001	939.225	2.091.529	285.646	174.669	13.811	13.064
2010	1.461.696	3.987.424	438.090	614.041	31.060	34.259
2016	1.867.477	4.686.806	546.473	897.895	31.354	46.384

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Sinopse Estatística da Educação Superior (INEP/Brasil)

A educação no ensino superior do setor privado no Brasil durante os vinte anos demonstrados, obtém um quantitativo de mais da metade dos discentes, enquanto que no Nordeste e em Alagoas nos primeiros dez anos esse índice esteve equilibrado até o final dos anos 90, algo curioso que pode ser explicado pelo perfil de renda de seus habitantes que é indicador expressivo que diferencia aqueles que podem, aos

²⁰ Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33 % (trinta e três) da população de 18 (dezoito anos) a 24 (vinte e quatro anos), assegurando qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público (MEC/PNE, 2014).

que não podem, pagar por serviços educacionais. Ou ainda, a falta de estruturas físicas das instituições, em conjunto com o abandono da vida escolar para trabalhar.

Faz-se notar, que entre 2001 e 2016 o Estado de Alagoas teve um salto triplicado em matrículas no ensino superior, algo positivo sobre o resultado na implantação das políticas de acesso e permanência tanto no setor privado quanto público.

Podemos perceber também que a procura pelo ensino superior representa o aumento da universalização da educação básica e que esses estudantes de variados segmentos entre faixas etárias, socioeconômicos, étnicorraciais e de gêneros procuram o ensino superior como alternativa de melhoria profissional e ascensão social, que também representa a diminuição nos níveis de analfabetismo no país²¹.

Assim, o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 apresenta 20 metas a serem alcançadas em dez anos no que se referem a educação brasileira em seus vários níveis de ensino. Essas metas visam diminuir a diferença nos índices de educação entre o Brasil e os países mais desenvolvidos.

Dada as condições socioeconômicas do país vemos que, para assegurar o sucesso dessa meta será necessário o acesso da população vulnerável socioeconomicamente ao ensino superior, que paulatinamente veio ascendendo através das já citamos políticas afirmativas do Governo, Santos expõe que:

As cotas aparecem como a ponta do iceberg de um problema muito mais amplo na história desse país e se inserem no pano de fundo das discussões entre classes e raça no contexto do desenvolvimento econômico-social brasileiro desde a colonização aos dias atuais (SANTOS, 2009, p. 12).

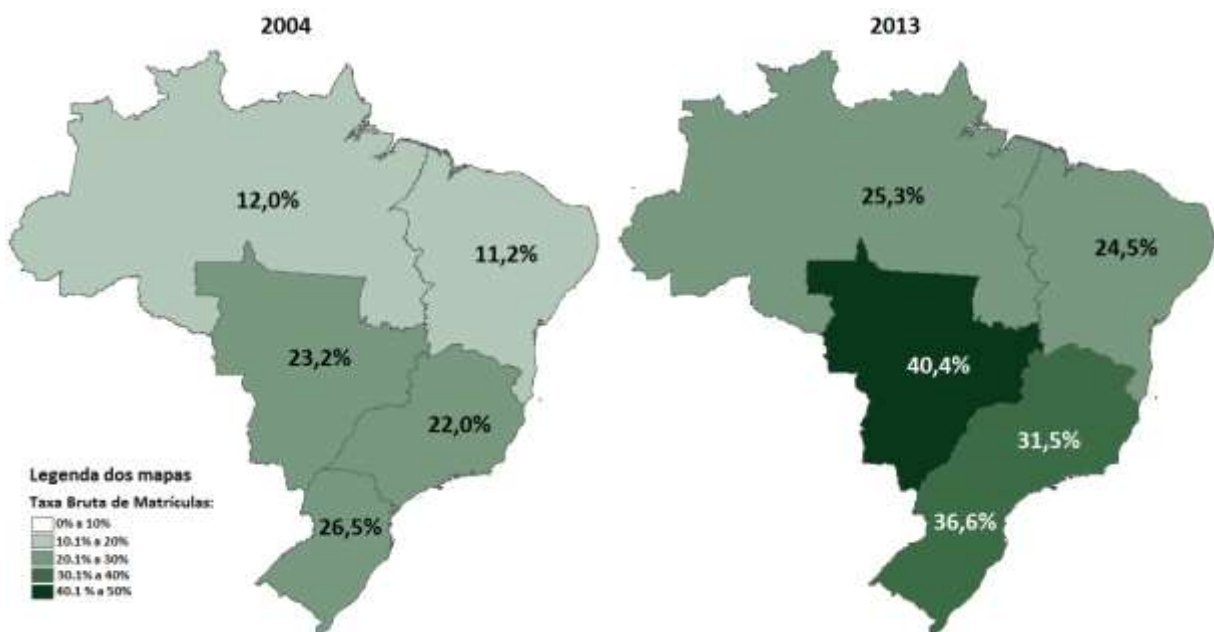
Junto ao problema da inclusão de negros, pardos e índios no sistema educacional de nível superior, encontra-se a problemática da faixa etária, conjunto ao gênero. A pirâmide etária no Brasil nos mostra que o país é composto por jovens, onde sua maior porção entre homens e mulheres está de 0 a 30 anos como demonstra os dados do IBGE²².

²¹ IBGE/BRASIL EM SINTESE. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao.html>>. Acesso em: 10 de abril 2018.

²² Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso 03 de mar. 2018

Buscando a literatura que concebe sobre o atual Plano Nacional de Educação (PNE) constatamos que o mapa seguinte demonstra o aumento na taxa bruta de matrículas no ensino superior (público e privado) por região na faixa etária dos 18 a 24 anos, no período das ações de desenvolvimentos do Reuni e das políticas de ações afirmativas. Constatamos, ao analisar o mapa a seguir crescimento em menos de uma década em todas as regiões do país. Algo significativo quando destacamos a procura pelo acesso nesse nível de ensino, mas faz-se necessário pensar sobre as situações de permanência e conclusão desse ensino. Que discutiremos no subitem 2.2.

MAPA 1 - Taxa bruta de matrículas por região-Brasil 2004/2014 (faixa etária 18 a 24 anos)



FONTE: Elaborado pela Dired/Inep/IBGE (PNE, 2014, p.210).

Esse impacto pode ser verificado na tabela seguinte ao analisarmos a sinopse do censo do ensino superior no ano de 2016, com o recorte das dezoito IFES existente na região Nordeste. Onde os números totais de cada instituição englobam a sede, seus respectivos *campi* fora da sede e suas unidades de ensino presenciais.

Podemos perceber um elevado índice nas taxas de matrícula presenciais, mas em contra partida um diferencial acentuado na diminuição da taxa de conclusão desses cursos. Como podemos observar na tabela abaixo.

TABELA 2 – Número de concluintes, cursos, matrículas de graduação presenciais e docentes, segundo as IFES no Nordeste - 2016

IFES	CONCLUINTES PRESENCIAL	MATRÍCULAS PRESENCIAIS	QUANT. CURSOS	DOCENTES EM EXERCÍCIO
UFPE	3.971	32.137	104	3.023
UFRPE	1.182	11.572	47	1.200
UFBA	3.411	34.541	116	2.670
UFC	2.654	25.834	117	1.814
UFPB	4.080	27.255	113	2.610
UFRN	4.234	26.488	104	2.685
UFMA	2.085	30.127	104	1.748
UFAL	2.468	20.557	88	1.657
UFS	2.527	24.170	104	1.771
UFERSA	925	9.001	40	680
UFPI	2.890	22.742	85	1.850
UNIVASF	577	6.191	29	612
UFCG	2.267	15.456	77	1.575
UFCA	250	2.490	14	260
UFRB	779	9.699	45	836
UNILAB	456	3.998	19	271
UFSB	(*)	2.194	27	190
UFOB	62	2.688	29	250

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do Censo do Ensino Superior/Sinopse (INEP/2016)

(*) Dados não inseridos na sinopse estatística.

Um dado preocupante que a proporção entre alunos matriculados/alunos concluintes tenha tanta disparidade que nos remete a questionar sobre os índices de evasão e retenção dos cursos, premissa a ser devidamente analisada em futuras pesquisas na área, pois exige maior tempo e demanda de fatores envolvidos que na presente pesquisa deteve-se na premissa sobre as ações de assistência estudantil.

Claro que é preciso considerar a quantidade de cursos e de docentes em relação às outras universidades, mas *grosso modo*, os números expostos já expõem a necessidade de medidas para melhorar esta proporção. A assistência estudantil apresenta-se como uma possibilidade, dada seu caráter e finalidade na permanência do estudante na graduação.

No subitem seguinte verificamos a expansão das universidades no semiárido brasileiro, seus impactos e a historicidade do programa de assistência estudantil (PNAS), os aspectos geopolítico e a regionalidade nordestina.

2.1 A Expansão das Universidades Federais no Semiárido Brasileiro

Na condição de programa federal o Reuni, quando de sua criação, trouxe novas perspectivas para as universidades como: aporte de recursos orçamentários e humanos com o aumento do corpo técnico, e a expansão estrutural com a criação de novas universidades e possibilidade de ampliação de seus *campi* em direção ao interior.

As universidades federais no nordeste não diferem entre as outras regiões enquanto criadas a partir da junção de faculdades particulares que ministravam cursos superiores conhecidamente tradicionais como: direito, engenharia, medicina, filosofia, ciências econômicas. Dado o contexto socioeconômico que permeia a história da região as instituições de ensino superior geograficamente estiveram vinculadas nas capitais ou regiões metropolitanas e seu ingresso por estudantes do interior se tornava minimamente acessível.

A regionalidade sertaneja atrelada à ideia de atraso e estigmatizada pelo sofrimento da escassez climática das chuvas produziu aos longo de muitos anos a migração de sua população para outras regiões do país, sendo absolvida como mão de obra barata, dada a falta de qualificação escolar e profissional.

As políticas de Governo direcionadas para a região tornavam-se ações fragmentadas e assistencialistas que pulverizadas só atendiam em períodos de calamidade climática, não atentando para uma reforma estrutural que viabilizasse

estratégias para a convivência digna na região. Fixada a imagem da miserabilidade socioeconômica como fenômeno associado a natureza e não como reprodução do sistema capitalista ao longo do século XX foi midiaticamente exibida como fatalidade das características regionais, estigmatizando seus habitantes diante de outras regiões.

O país com sua dimensão continental apresenta desníveis econômicos entre várias áreas de seu território, devido as diferenças regionais e rivalidades políticas, que provocam entraves de desenvolvimento em algumas, enquanto outras se sobressaem, a exemplo do contraste sudeste/nordeste. Historicamente a construção das relações sociais perpassa sob confrontações de dominação entre diferentes grupo, assim, visões particulares da natureza sempre alimentaram concepções políticas (CASTRO, 2001).

Se considerarmos os aspectos da natureza, como as condições climáticas, o relevo e as diversidades do bioma, podemos verificar que a vida no planeta se mantém na busca de adaptações em seus territórios, que o homem a partir do momento que se reconheceu agente transformador nesse habitat passou a intervir com ações que modificam a natureza em seu benefício, criando novas necessidades para sua manutenção e existência física.

Pela diversidade da natureza cada grupo passa a criar seus próprios hábitos que o diferenciam entre si, definindo suas características, formando assim, a cultura local e conseqüentemente, a sua identidade regional. Maciel explica:

O que caracteriza a cultura é a dialética entre conformidade e ruptura, adaptabilidade e variabilidade, fundada numa práxis que pode ser concebida como ação de persuadir ou convencer o outro através da palavra definição mínima de retórica (MACIEL, 2009, p.47).

O Brasil não apresenta certa uniformidade étnica e cultural, as regiões são muito diferentes umas das outras, consequência principalmente do processo de colonização pelas diferentes nações que exploraram seu território. Possui atualmente mais de 209 milhões de habitantes (IBGE, 2017), com dimensão continental distribuída entre 26 estados e 1 distrito federal que compõem as 5 regiões definidas por seus aspectos geográficos, climáticos, econômico e cultural, assim: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul foram delimitados pelo Governo Federal deste

1970 até os dias atuais. O Nordeste brasileiro é formado por 9 Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe.

A questão climática dessa região foi exaustivamente no século XX tida como flagelo natural e indomável pelo homem como fator de empobrecimento do pequeno produtor impactando em sua economia basicamente agrária. Desprovido de ações consistentes por parte dos Governos sua alternativa foi migrar para outras regiões como mão de obra barata, sem qualificação ou estudo, devido as poucas ou escassas políticas educacionais existentes nessa porção do território brasileiro.

Resultando em atraso para a educação na região que veio a modificar esse contexto no início do século XXI, com as políticas de expansão do ensino federal, com a chegada dos Institutos e universidades públicas trazendo novos incrementos no desenvolvimento intelectual e tecnológico para a população e seus jovens residentes que não tinham expectativas de crescimento profissional.

Geograficamente o Nordeste abrange também a região Semiárida brasileira, característica climática dada devido sua peculiaridade por longas estiagens de chuvas e temperaturas elevadas. De acordo com dados da SUDENE²³ a região semiárida foi delimitada com base na precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm, no Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 e o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano.

A XXII Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE em Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017²⁴ aprova a nova delimitação do Semiárido brasileiro com o acréscimo de 73 municípios, pela primeira vez o Estado do Maranhão insere 2 municípios, enquanto são acrescidos 22 no Piauí, 10 no Ceará, 24 na Paraíba, 1 no Pernambuco, 9 na Bahia e 6 em Minas Gerais. O Semiárido brasileiro ocupa 18,2% do território nacional, abrange mais de 20% de seus municípios e abriga cerca de 11,84% da população do país (IBGE/2010).

Podemos observar a seguir no mapa da nova delimitação a região em destaque:

²³ Disponível em: < <http://sudene.gov.br/planejamento-regional/delimitacao-do-semiarido> > acesso em: 15 mar 2018.

²⁴ Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/resolucao115-23112017-delimitacaodossemiarido-DOU.pdf>>. Acesso em: 05 mar 2018.

MAPA 2 – Delimitação do Semiárido Brasileiro



Fonte: Geociências/cartas e mapas (IBGE)

Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=downloads> >. Acesso em: 04 abr 2018.

Considerado um fenômeno cíclico e natural a variação na precipitação das chuvas no Semiárido brasileiro é atualmente debatida entre vários segmentos políticos e civis que se articulam para a tomada de estratégias para a convivência da população nesse contexto²⁵.

Segundo o IBGE²⁶ (2017), o Estado de Alagoas se configura de acordo com o ranking das cidades em número de população residentes (3.120.494 hab.) como o 17º

²⁵ Podemos citar a Articulação Semiárido – ASA, rede formada por organizações da sociedade civil. O Instituto Nacional do Semiárido – INSA, órgão governamental integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, entre outros. Destaque para o Programa de Cisternas entre os anos 2011 e 2014, uma cooperação entre o Brasil/Espanha que trouxe uma nova perspectiva para essa população que passou a reter as águas das chuvas nas cisternas construídas pelos próprios moradores.

²⁶ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/alpanorama>> Acesso em: 05 mar 2018.

Estado brasileiro, possui renda mensal per capita entre R\$ 658,00 e que a maioria da população se concentram nas cidades, mais de dois milhões de habitantes.

O Estado possui 102 municípios que agrupam três mesorregiões: Leste alagoano, agreste alagoano e o sertão alagoano. Divididas em microrregiões que se caracterizam pela cultura, economia e fatores climáticos, como vemos no mapa seguinte:

MAPA 3 – Mesorregiões do Estado de Alagoas.



Fonte: <http://dados.al.gov.br> ²⁷

O segundo menor Estado no território brasileiro, Alagoas tem aproximadamente 28 mil km², onde atualmente a região metropolitana engloba um dos maiores polos de produção de cana-de-açúcar no Nordeste²⁸. Sua indústria canavieira é responsável por atrair várias pessoas do interior do estado como trabalhadores sazonais em períodos específicos de colheita na produção para as usinas.

²⁷ Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/d8f3ac16-6441-4f45-8c69-a2fc5a4ff8a6/resource/fa41069e-e0ef-430f-b161-3bf12072fb2e/download/messoo.png>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

²⁸ Quantidade em toneladas de Cana-de-açúcar safra de 2016/2017 em Alagoas 16.031 mil toneladas. Disponível em: <<http://www.unicadata.com.br/historico-de-producao-e-moagem.php?idMn=32&tipoHistorico=4&acao=visualizar&idTabela=1984&safr=2016%2F2017&estado=AL>> Acesso em: 10 abr. 2018.

O leste alagoano consolidado historicamente como produtor de cana-de-açúcar e etanol movimenta a economia do Estado que também possui forte atração turística no país. O agreste e o sertão buscam seu desenvolvimento em produções agropecuárias, com setores de serviços e comércio, como também buscam uma expansão no turismo como fator para expandir a economia local.

Fatores consideráveis que apontaram na direção de mudanças para o ensino superior no estado, que através das políticas de expansão implantadas pela União tornaram possível que a única instituição federal pública de Alagoas começasse a planejar sua interiorização. Proporcionando o acesso para esse nível de ensino uma demanda de pessoas que estavam represadas no interior.

Na IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Brasileira (2014) foi identificado que o nordeste é considerado a segunda região por concentração de graduandos por IFES (28%), Sudeste (31%), Sul (18%). Nessa região tem se que, independente do sexo, quase 46% dos graduandos pertencem a faixa de meio salário, 22% a faixa de mais de meio a um salário, 19% a mais de um a dois salários, 9% a faixa de dois salários a três, enquanto 4% estão na faixa acima de três salários (FONAPRACE - IV PESQUISA...,2014, p. 23).

Diante desses dados há de se considerar o potencial intelectual que vem sendo produzido na região com os incrementos das ações de expansão das universidades públicas consideradas, estruturalmente, como locus de produção do saber e de inovações tecnológicas.

Ao analisarmos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que define os níveis de qualidade de vida da população, onde é calculado dados econômicos e sociais, podemos ponderar sobre o aspecto educacional, econômico e social entre os Estados da região Nordeste.

O IDH, elaborado pela Organização das Nações Unidas, adota a base de cálculo entre 0 e 1, que considera quanto mais próximo do 1, mais desenvolvido está aquele país ou região. Os índices são computados entre fatores da educação (anos de estudo), expectativa de vida e crescimento econômico (Produto Interno Bruto per capita), tanto de um país, quanto de uma região.

A tabela abaixo demonstra os estados que compõem o Nordeste, seus índices de (IDH) Desenvolvimento Humano 2017, quantidade de universidades federais por estado e o número de matrículas que nos mostram a demanda potencial nesse nível de ensino que a região apresenta.

TABELA 3 - Estados do Nordeste, IDH, quantidade de IFES e o número de matrículas 2016

UF/NORDESTE	IDH	Quantidade Universidades Federais	Número de matrículas
Alagoas	0,631	01	20.557
Bahia	0,660	04	52.276
Ceará	0,682	03	31.686
Maranhão	0,639	01	30.127
Paraíba	0,658	02	42.711
Pernambuco	0,673	03	47.005
Piauí	0,646	01	23.119
Rio Grande do Norte	0,684	02	35.489
Sergipe	0,665	01	24.170

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa por cidades – (IBGE, 2017) e Sinopse Censo da Educação Superior 2016 (INEP)

Dados relevantes para futuras análises comparativas entre o IDH de cada Estado e suas implicações no ensino superior, onde futuros pesquisadores poderão aprofundar essa temática. Pois que a presente monografia, dada seu recorde temático na assistência estudantil, trouxe os índices para que pudéssemos refletir o contexto social e a procura pelo ensino superior nas instituições federais da região semiárida nordestina.

Assim, a expansão do ensino superior ao promover o acesso de uma camada de estudantes historicamente excluída desse nível de ensino precisa ser analisada para além de números, pois a promoção desse público vem a representar um outro perfil de estudante universitário. Que esta demanda de discentes pertencentes a classe socioeconômica vulnerável encontra nas ações da política de assistência

estudantil suporte acadêmico, financeiro e psicológico para obter o êxito na conclusão da graduação universitária, tão aclamada nos sonhos estudantis.

Por estar vinculada à política de educação, a assistência estudantil precisa ser entendida como dispositivo legal de democratização e permanência/conclusão do curso no ensino superior, indo além da bolsificação numa visão de manutenção básica do estudante (transporte, moradia, alimentação), que envolve o desenvolvimento da formação integral do indivíduo com ações (lazer, cultura, saúde mental e física) contribuindo para a qualidade de vida, capacitação profissional e a cidadania.

Necessário se faz o entendimento do resgate histórico dessa política na educação para que se possa balizar sua estrutura e importância. Que será desenvolvido no subitem seguinte.

2.2 Resgate Histórico da Assistência Estudantil no Ensino Superior: a criação do PNAES

Podemos encontrar um marco legal na historicidade da assistência estudantil no ensino brasileiro na Constituição Federal de 1946, onde artigo 172º elenca: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”. Encontramos também referências na 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que elenca no artigo 90º sobre a assistência social escolar.

Art. 90 Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Na Constituição de 1946 a redação do artigo não especifica quais serviços serão ofertados na assistência, mas a LDB/61 apresenta direcionamentos num recorte da área social e de saúde para o desenvolver da assistência ao estudante. A conjuntura político social vivenciada nessa fase do Brasil representa um marco de transformações que direcionam o país para o contexto do desenvolvimentismo, onde

o país vivenciava forte processo de industrialização e crescente urbanização que necessita por mão de obra qualificada.

Na segunda metade do século XX no que se refere a educação e a assistência estudantil percebe-se na criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de 20 de dezembro de 1961, assinada pelo então presidente João Goulart um viés de democratização e vínculo da comunidade na educação, elencado:

Art. 91 A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade.

Quando em 1964 ocorreu a implantação do Governo ditatorial militar, esse contexto trouxe para a população cerceamento dos direitos dos cidadãos, hostilidade e repressão aos movimentos civis e estudantis. Com graves adversidades no Direito político, civil e social que provocaria a mobilização popular em todo o país, concentrando-se nas capitais brasileiras, com destaque para a mobilização estudantil.

Com vistas a apaziguar as crescentes reivindicações na área de assistência ao estudante universitário, em 27 de julho de 1970, através do Decreto nº 66.967 foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que deu continuidade as ações de bolsificação aos estudantes que em contrapartida se vinculavam a setores públicos ou privados como preparação profissional. Dispositivo legal, ainda, insuficiente como poderemos ver adiante.

Com a Lei nº 6.683 de 28 de agosto 1979, conhecida como Lei da Anistia, inicia-se o processo de abertura política e redemocratização no país. A mobilização da UNE e da (SENCE) Secretaria de Casa de Estudantes se engajam por melhores condições de infraestruturas nas universidades públicas, para as residências/casas de estudantes e os restaurantes universitários das universidades.

Mecanismos que possibilitam a permanência do discente de outra região na instituição, fator relevante considerando que as poucas universidades públicas se encontravam nos grandes centros urbanos dificultando o deslocamento do aluno do interior, bem como a sua manutenção até o fim do curso. Situação constantemente debatida e reforçada pelos setores vinculados aos órgãos estudantis em seus encontros e seminários ao longo da década.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, também conhecida como “Constituição cidadã”, por causa dos vários textos anexados via reivindicação popular, o artigo 205º e 206º elenca respectivamente: “A educação direito de todos e dever do Estado”, e o “princípio de igualdade nas condições de acesso e de permanência”.

Marco legal enquanto Direito constituído, mas mesmo com toda essa iniciativa a universalização da educação veio a ser definida nas metas do PNE (2001) e a ações para a permanência com PNAES (2010).

No âmbito do ensino superior por meio de incansáveis debates e fóruns entre dirigentes e pró-reitores das universidades federais foram produzidos documentos próprios nos encontros que assinalavam a preocupante situação da assistência aos estudantes em suas instituições. Assim, em 1985 ocorreu em Santa Catarina o I Encontro Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis, congregando na época 27 pró-reitores das universidades federais para debater sobre a temática de assistência e apoio ao estudante e ao servidor.

Surgindo a partir desse encontro a relevância de apresentar ao MEC a necessidade de criar um Programa para atender a área de apoio e assistência aos estudantes universitários. Diante da crise econômica com altos índices inflacionários, o MEC se apresentava insensível para tal reivindicação.

Já no II encontro em Belo Horizonte em 1987 é oficializado a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil (FONAPRACE)²⁹ instância que recebeu a incumbência para debater, elaborar e propor ao MEC políticas de apoio aos estudantes na esfera do ensino superior, que foi essencial nessa fase aguda da desestrutura das políticas sociais e desestabilização econômica gerando precarização na manutenção das políticas públicas, entre estas a educação, já assegurada como dever do Governo. Também se debatia a falta de um orçamento específico voltado para o apoio aos estudantes, onerando de forma negativa as IFES, onde a verba do orçamento de contas de custeio (OCC) das IFES estarem sendo

²⁹ Órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES).

direcionadas para o apoio na permanência dos estudantes invertendo assim seu objetivo que era direcionar a pesquisa e a extensão (FONAPRACE, 2012).

Entre 1985 a 1992, ocorreram dez encontros decisivos que possibilitaram reais mudanças na forma de assistência estudantil. Nos documentos produzidos durante os fóruns sempre houve a insistência na necessidade de definição de uma política de ação, por parte do MEC, que atendessem as posições defendidas pelos Pró-Reitores da área[...] (FONAPRACE, 2012). O segmento estudantil (UNE, SENCE) também se mobiliza de forma organizada reforçando com seus pares a prioridade nas reivindicações sobre a causa da assistência estudantil.

No início dos anos 90 com o Governo de Fernando Henrique Cardoso ocorre um avanço das políticas neoliberais e o FONAPRACE mobiliza a realização da I Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES brasileiras, que foi realizada entre os anos de 1996/97, onde se constatou que a maioria dos estudantes são das classes sociais C, D e E, possuindo como renda média familiar um salário mínimo e meio.

Nessa perspectiva o FONAPRACE realiza em 2003/04 a II Pesquisa Nacional consolidando e contribuindo para que o Governo implementasse diretrizes para os programas de assistência a serem desenvolvidos possibilitando o atendimento desse público. Que em 2018 já se encontra na sua quinta versão de coleta de dados dos graduandos das universidades públicas federais.

A abordagem histórica possibilita o entendimento dos mecanismos estruturais para a implantação da política de assistência estudantil nas instituições públicas federais que objetiva a igualdade de oportunidades para o estudante em condições socioeconômicas desfavoráveis, colocada como um recorte assistencial dentro da política pública de educação superior (Leite, 2015). A autora continua:

Vale ressaltar que a luta do Movimento Estudantil através da UNE, SENCE, bem como do Fonaprace, pela institucionalização da assistência ao estudante deu-se em condições bastante adversas, ou seja, a luta desses sujeitos coletivos ganhou força e expansão em um contexto onde vigorava o neoliberalismo ortodoxo e prevaleciam as diretrizes dos organismos multilaterais sob a batuta do Banco Mundial (LEITE, 2015, p. 176).

Assim, em 2007 a implantação do Reuni veio proporcionar alterações estruturais nas IFES, a adesão das universidades se deu por meio de apresentação de planos de expansão que aprovados a instituição recebe recurso de custeio do Governo Federal para a ampliação (construção de novos prédios, campi). Investimento que as IFES notabilizaram como incentivo consistente (já que nos Governos anteriores estes foram escassos), para projetar a expansão e conseqüentemente a sua interiorização, que acontece de forma aligeirada, ao se constatar que os novos cursos e campi, aconteceram inicialmente em instalações cedidas pelos Governos dos municípios e/ou dos Estados através de salas alocadas de escolas do ensino básico.

Nesse contexto surge a temática de como promover a permanência desse discente que se insere pelas vias das políticas afirmativas e apresentam um perfil diferenciado por sua condição socioeconômica fragilizada. A medida do Governo foi criar inicialmente a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, instituindo o Programa Nacional de Assistência Estudantil, vindo a tornar Decreto nº 7.234, em 19 de julho de 2010, no âmbito da Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação que tem por finalidade “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”.

Cabendo a instituição federal de ensino através de sua Pró-Reitoria específica para assuntos estudantis elaborar a seleção em editais que vinculem os estudantes matriculados nos cursos presenciais e considerados em vulnerabilidade. Tendo sua materialidade como referência dez ações indicadas no artigo 3º, parágrafo §1ª: “I – moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV – atenção à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; IX – apoio pedagógico e X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (PNAES, 2010). Que elenca no artigo 5º o público-alvo dessas ações:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (PNAES, 2010)

Que elenca no artigo 2º três objetivos: “democratização nas condições de acesso, minimizar os efeitos da desigualdade social e regional, reduzir a evasão e retenção” (PNAES, 2010). É um programa dotado de orçamento específico vinculado ao MEC que destina para as instituições federais através da Lei Orçamentária Anual (LOA) valores direcionados para ações que as IFES desenvolvem no âmbito da AE.

Onde, inicialmente em 2008 repassou a quantia acima dos 100 milhões, atingindo em 2016, 1 bilhão de reais, por dotação anual, que tem o programa *Educação de Qualidade para Todos* onde designa a ação 4002 para a Assistência Estudantil em cada IFES.

GRÁFICO 3 – Evolução do Orçamento PNAES em Valores Nominais entre 2008 a 2016



FONTE: Relatório de Consolidação dos Recursos das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil.

Importante ressaltar que o artigo 3º, parágrafo §2 do PNAES, permite a autonomia da instituição nos critérios e metodologias aplicadas para a seleção dos alunos a serem beneficiados. Norteia um conjunto de diretrizes e princípios para a ampliação, acesso, permanência e conclusão do curso na graduação, para uma faixa de estudantes classificados como desfavorecidos socioeconomicamente.

A seleção entre os discente acontece por meio de editais em processo seletivo produzidos pela própria instituição, através da Pró-Reitoria vinculada aos assuntos estudantis, que posiciona condicionalidades a serem comprovadas pelos inscritos,

através de resposta à questionário de avaliação socioeconômica, bem como a comprovação das declarações por meio de documentos relacionados e exigidos para entrega nos núcleos de assistência ou departamentos do campus ao qual for inscrito.

A que se considerar nas IFES onde somente implantam bolsas/auxílios demonstram uma assistência focalizada e reduzida retirando o debate sobre as ações que universalizam a assistência estudantil como por exemplo o RU (Restaurante universitário), pois todos terão esse acesso, tendo em vista que a alimentação é essencial para o corpo que compõe a universidade, tanto discentes, como docentes e técnicos administrativos.

Ao pensarmos na democratização, enquanto acesso de todos, também se faz necessário refletir sobre o sistema econômico e político vigente, onde a desigualdade de classes é estrutural. Que produz e reproduz uma demanda de mão de obra, num acúmulo do exército de reserva para a manutenção do sistema e exploração da classe trabalhadora. No âmbito da educação a criação de ações assistenciais passam a ter uma representatividade que Leite analisa:

O PNAES é uma síntese de múltiplas determinações, sendo determinado e determinante. Ele é um conduto, uma via de mão dupla por onde circulam diferentes interesses, mas com a dominância de um dos polos. O PNAES atende aos diferentes interesses de classes sob a ordem do capital: atende parte das reivindicações das entidades estudantis e do FONAPRACE, e com isso prepara força de trabalho qualificada e contribui para a coesão social e a passivização no interior das IFES, sob a ideologia da igualdade de oportunidades (LEITE, 2015, p. 203).

Como já foi sinalizado acima, o PNAES, enquanto programa que faz parte da política de assistência contribui para a *coesão social* e *passivização* da comunidade acadêmica, possui limites estruturais do ponto de vista do enfrentamento das mazelas do capital, mas no bojo das contradições dialéticas, em cidades periféricas, em contextos territoriais como o semiárido, o PNAES ainda representa uma das poucas possibilidades de assegurar a educação superior aos estudantes de baixa renda. É o que se verifica no estudo do caso do Campus do Sertão – Sede/UFAL.

III – A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFAL E SEU DESDOBRAMENTO NO CAMPUS DO SERTÃO - AL

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL), criada pela Lei Federal nº 3.857 de 25 de janeiro de 1961³⁰, que veio a agrupar as seis faculdades privadas (medicina, filosofia, economia, engenharia, odontologia e engenharia) existentes no estado (UFAL/PDI, 2017), atualmente possui 88 cursos de graduação presencial e 12 cursos EaD, em 3 Campi: Sede em Maceió - A.C. Simões (1961), Campus Arapiraca (2006) e o Campus do Sertão (2010) (UFAL EM NÚMEROS/PORTAL TRANPARÊNCIA).

Possui a estrutura administrativa e acadêmica definida por dois conselhos superiores: O Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Curadores (CURA), Reitoria, Unidades Acadêmicas e de Apoio. A UFAL é uma instituição pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, mantida pela União, com autonomia assegurada pela CF/88 e por seus Estatutos e Regimentos (PDI/UFAL, 2013, p.82).

A instituição concretiza sua primeira etapa na interiorização em 15 de setembro de 2006 com a aula inaugural do Campus de Arapiraca³¹, segundo município em importância econômica e social do Estado (Relatório de Gestão 2010), antes do Reuni a UFAL já vinha desde 2004 planejando nesse aspecto sua expansão. O campus do Sertão inaugurado em 15 de março de 2010 é resultado da segunda etapa desse programa que vinha com a meta de diminuição das diferenças e disparidades regionais entre o quantitativo de Campi.

No relatório do programa de interiorização (2009), a escolha da cidade de Delmiro Gouveia³² como sede do campus se deu por sua localização entre os estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe, também por sua formação histórica de pioneirismo no setor fabril têxtil devido a existência na época da *Fábrica da Pedra*³³, criada na primeira década do século XX pelo empreendedor cearense Delmiro Gouveia que

³⁰ Como se pode notar, a educação superior **pública** em Alagoas é um fenômeno tardio, [...]. Ela responde a pressões estudantis, dos poderes públicos locais e da sociedade como um todo, frente a modernização do aparelho do Estado ocorrido em Alagoas durante a década de 1950, [...] (TAVARES; VERÇOSA. Grifos nossos, 2015, p. 161).

³¹ População Estimada em 2017 – 234.185 hab. (IBGE/CIDADES)

³² População Estimada em 2017 – 52.597 hab. (IBGE/CIDADES)

³³ Extinta em 2017.

revolucionou a região ao implantar a fábrica de linhas e construir a primeira hidroelétrica aproveitando as águas da cachoeira de Paulo Afonso na divisa dos dois estados AL e BA. No mapa seguinte podemos ver a inserção da UFAL nos municípios de Alagoas, ressaltamos que o Campus Litoral e Zona da Mata encontra-se em tramitação na SESu/MEC.

MAPA 4 – Expansão da UFAL



Fonte: PROINST (UFAL/PDI, 2013, p.33)

A UFAL implanta o Campus do Sertão na microrregião do alto sertão alagoano, onde existem os menores índices de IDH por município no Estado (média 0,343). O município de Delmiro Gouveia distante da capital Maceió 300 km foi contemplado com a sede do Campus do Sertão, funcionando em instalações temporárias até que as estruturas do Campus viessem a ser concluídas em 2013, possui uma unidade de ensino em Santana do Ipanema. A instalação espacial da UFAL leva em consideração o potencial regional de fomentar o desenvolvimento local (Relatório de interiorização/UFAL, 2013).

Nesse quadro histórico-político do estado e do país, o ensino superior ficou centralizado nas regiões metropolitanas e em particular a UFAL, passados quarenta e cinco anos de sua criação inicia sua expansão/interiorização no estado de Alagoas.

Na análise de Tavares; Verçosa, podemos identificar que:

No caso, a UFAL, porém, para além do atendimento às elites, pela época em que ocorreu sua criação, passa a atender aos filhos e filhas das classes urbanas médias e das oligarquias dos bangues empobrecidas pela decadência dos engenhos, até então com pouca ou nenhuma oportunidade de prosseguimento de estudos em nível superior[...] (TAVARES; VERÇOSA, 2015, p. 163).

Além de toda uma estrutura de gestão e administração centralizada levada a efeito durante as primeiras décadas, onde a primazia na construção e ampliação da infraestrutura da sede provocou contenções até entre a contratação de novos docentes impactando no desenvolvimento de pesquisas frente a outras universidades do país criadas no mesmo período (Tavares; Verçosa, 2015).

A partir da década de 1970 a 1990 o estado interioriza o ensino superior com as instituições Estaduais (UNEAL/1970 e UNCISAL/1975) e as particulares que se limitaram no agreste. O PDI/UFAL (2013/2017, p.31), aponta que: “Alagoas possuía em 2011 150.244 alunos matriculados no ensino médio. Desse total, **30,8% das matrículas estão na capital e 69,2% no interior**” (Grifos do autor).

Diante da realidade crescente entre os alunos matriculados no ensino médio com a política educacional de universalizar o ensino básico levada a efeito pelo MEC com o PNE (2001), a UFAL como única universidade federal no Estado e diante da perspectiva do programa do Reuni apresenta seu plano de expansão e interioriza o ensino superior federal trazendo novos horizontes aos jovens sertanejos. Para Goes esse momento aponta a possibilidade de conquista que:

O sentido de interiorização como possibilidade de realização de um sonho é compartilhado não somente pelo(a) estudante, forma de indivíduo isolado(a), como também é a realização do sonho de toda a família, especialmente porque boa parte dos(das) estudantes oriundos da interiorização é representada pela primeira pessoa da família a ingressar numa universidade pública federal (GOES apud ABDAL: NAVARRA, 2016, p. 70-71).

Nesse contexto socioeconômico a implantação de um Campus universitário na microrregião do Alto Sertão vem a mobilizar um grande número de estudantes oriundos das escolas públicas com variadas expectativas, que pelo seu histórico são pertencentes a grupos de famílias agrárias, ou descendentes de etnias, ou vinculadas a subempregos informais.

Como então, vislumbrar a permanência destes na graduação universitária, mesmo que a instituição seja pública, quando o ensino superior exige dedicação e tempo para a efetiva aprendizagem em seu contexto do ensino, pesquisa e extensão?

Toda estrutura de gestão das IFES possuem processos desenvolvidos para dar diretrizes, suporte e apoio centrados em sua organização institucional chamados de macroprocessos finalísticos. Os macroprocessos finalísticos da UFAL estão relacionados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura, relacionam e apoiam outros processos internos que resultarão em serviços ou produtos oferecidos a sociedade acadêmica ou comunidade que viabilizam ações para apoio (assistência) ao estudante, ações socioculturais, acadêmicas, de permanência, restaurantes universitários, residências universitárias, sistema de bibliotecas, apoio a alunos estrangeiros, eventos acadêmicos, editoração universitária, comunicação social, gestão de pessoal e gestão de orçamentos (Relatório de Gestão 2016).

Analisando o Relatório de gestão UFAL 2016, a instituição coloca em sua estrutura organizacional o Restaurante Universitário com órgão de apoio acadêmico, sendo uma forma de permanência do discente na instituição. A Pró-Reitoria que coordena é a PROEST que tem por competência:

II - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas com assistência ao corpo discente, desenvolvidas na forma de acesso ao Restaurante Universitário, à Residência Universitária, à assistência à saúde, ao programa de Bolsas de Estudo/Trabalho e de outras formas (Relatório Gestão UFAL 2016, p. 27).

As Pró-Reitorias de Assistência Estudantil são estruturas organizacionais dentro da IES que promovem a política de assistência estudantil que vincula a oferta de benefícios diversos para os egressos dos cursos. Os documentos da UFAL, como PDI (2013-2017), PPI (2008), bem como os relatórios e regulamentos de bolsas institucionais encontramos que todos abordam a assistência estudantil como parte do processo educativo, como direito social dos estudantes no acesso à educação pública e medida de permanência e êxito escolar. Como preconiza o PDI:

A política da Assistência Estudantil visa mobilizar recursos de maneira que assegurem a inclusão, a permanência e o percurso do estudante. Seu objetivo é contribuir para a promoção da saúde física e mental do assistido, buscando compreender o indivíduo em sua totalidade, a fim de reduzir o efeito

das desigualdades presentes na sociedade e assegurar igualdade de condições para o exercício da atividade acadêmica. (PDI-UFAL, 2013/2017, p. 92-93)

Assim, a assistência estudantil na UFAL está no âmbito da Pró-Reitoria Estudantil (PROEST), que direciona as atividades correlacionadas, tendo criado o Núcleo de Assistência ao Estudante - NAE que se constitui uma instância de apoio para viabilizar as atividades administrativas e assistenciais no atendimento e orientação aos estudantes que buscam a assistência estudantil. A UFAL desenvolve programas institucionais de assistência como: Bolsa monitoria, Programa Incluir, Educação Tutorial (PET), PET Saúde, Programa Nacional de Residência Pedagógica, PIBID, mobilidade acadêmica, PIBIC, entre outros

A política de assistência estudantil está inserida na política de Educação Superior. Portanto, tem a concepção no sentido de assegurar a democratização do ensino nesse nível, que tem no PNAES sua efetivação de Direito, posto como um mecanismo para o estudante em vulnerabilidade ter sua permanência e conclusão no curso. A seguir será descrito como o Campus do Sertão efetiva essa política.

3.1 Funcionalidade do PNAES no Campus do Sertão - AL

A normatização do Núcleo de Assistência ao Estudante (NAE) preconiza que a “Política de Assistência Estudantil visa mobilizar recursos de maneira que assegure a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social” que se “constitui numa instância de atendimento psicológico³⁴ e assistencial ao estudante” (Normatização/NAE-UFAL).

Nesse contexto, o quadro de recursos humanos do NAE no Campus do Sertão apresenta-se composto por: 01 coordenador(a) e 01 vice; 01 professor(a) de Educação Física; 01 assistente social, 01 psicólogo(a) e 02 bolsistas de desenvolvimento institucional.

³⁴ O apoio psicológico no Campus de Delmiro Gouveia teve seu início de atividades no segundo semestre de 2018, com característica de acolhimento e orientação para as problemáticas que surgem na vida acadêmica.

Os programas vinculados ao Campus do Sertão: Bolsa permanência, auxílio alimentação, auxílio moradia, atendimento psicossocial, organização de eventos esportivos, culturais e acadêmicos, e programas voltados a coordenações do PROEST.

As vagas para a assistência ao estudante na universidade estão elaboradas em editais que apresentam o processo seletivo para cada modalidade de auxílio/bolsa. No edital nº 02/2015 que envolve os três campus da UFAL ocorreu processo seletivo para ingressos no programa de assistência estudantil executado com recursos do PNAES para: Bolsa Pró-graduando (BPG/PAINTER), Restaurante Universitário, Residência Universitária Alagoana, Auxílio-Alimentação e auxílio Moradia. As condicionalidades se relacionam para quem está matriculado no Campus, apresentar documentação que comprove sua condição socioeconômica e responder questionário/formulário no ato da inscrição. O Campus do Sertão – Delmiro Gouveia teve o quadro de vagas composta por: 30 bolsas BPG/PAINTER, 20 para auxílio-alimentação e 45 para auxílio-moradia.

Auxílio alimentação de R\$ 150,00 ofertado como alternativa para os estudantes que não dispõe de atendimento pelo restaurante universitário.

O auxílio moradia no valor de R\$ 300,00 se destina aos estudantes matriculados no campus e que tenham residência em outros municípios, apresentem condicionalidades que caracterizem sua vulnerabilidade socioeconômica, não façam uso de outro tipo de auxílio/bolsa institucional, que o campus de destino não ofereça a residência universitária ou não tenha mais vaga.

A bolsa pró-graduando BPG/PRAINTER no valor de R\$ 400,00 é um programa de ações interdisciplinares da UFAL, proporciona atuação integrada com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Consiste num conjunto de projetos desenvolvidos por grupos de estudantes e coordenação de docente ou técnico de nível superior

O NAE do Campus do Sertão formulou e apresentou o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação da sede Delmiro Gouveia e da unidade de ensino Santana do Ipanema como subsídios no 13º Encontro do FONAPRACE sediado pela UFAL em Maceió Campus A. C. Simões, entre os dias 5 e 7 de abril de 2017. O encontro recebeu dirigentes das instituições de ensino superior públicas do Norte e

Nordeste, onde os dados referentes a situação da assistência estudantil no Campus do Sertão são expostos.

Apresenta-se na pesquisa que os indicadores remetem há uma reflexão em torno da cobertura de atendimento pela assistência estudantil no Campus do Sertão, que apesar de apresentarem perfil pertencente aos egressos por Cotas, a maioria entrou por ampla concorrência. Constata-se que o gênero feminino é maioria 64%; que 90% dos egressos são de escolas públicas ou bolsista da rede privada; que 60% se auto declararam pardos e 11% negros; que só 31% residem no município do campus e que 65% não fazem uso de nenhum tipo de auxílio ou bolsa institucional, tendo a renda familiar ente um salário e meio (NAE – Pôster do Perfil socioeconômico 2017).

Dados disponibilizados pelo NAE a partir da pesquisa por amostragem aleatória num universo de 2.931 estudantes na graduação no semestre de 2016.1 através de resposta em formulário criado na plataforma Google Docs (NAE - Campus do Sertão).

Para uma melhor compreensão dessa realidade sobre a assistência estudantil vinculadas as ações de materialidade do PNAES analisamos o balanço financeiro nesse mesmo ano no relatório da Coordenação Estudantil (NAE – Campus do Sertão 2016 que apresenta o quantitativo de 577 alunos beneficiados em 3 programas (Auxílio moradia, alimentação e bolsa pró-graduando), se considerarmos o quantitativo de estudantes participantes da pesquisa do NAE relacionada no pôster e os beneficiados pela assistência temos uma margem de 19,7% de alunos vinculados aos programas, (o relatório de atividades 2016 do Campus apresenta que 30% são atendidos), onde o orçamento anual para o Campus do Sertão destinada aos auxílios/bolsas foi de R\$ 2.534.060,00. Nesse mesmo ano a execução orçamentária no exercício de 2016 para a UFAL na ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior teve do Governo Federal dotação líquida de R\$ 19.515.507,00. Valor que triplicou desde a criação do Campus do Sertão, pois o exercício de 2010 apresenta o valor de R\$ 6.074.532,00 para a mesma ação (Portal Transparência/Relatório/Orçamento-UFAL).

Podemos inferir que, o Campus do Sertão inserido em área geográfica com especificidade e características peculiares como o Semiárido fica na quase

invisibilidade para as ações de assistência institucionais, tendo em vista o quantitativo de estudantes assistidos. Gerando uma insatisfação crescente que os questionários da CPA registram se comparados isoladamente, mas que seus dados se tornam homogêneos e poucos relevantes ao serem inseridos aos dados totais da instituição no relatório da CPA, como veremos no tópico seguinte.

3.2 Análise da percepção do estudante via questionário da Comissão Própria de Autoavaliação UFAL 2016

A autoavaliação institucional é um processo que faz parte do (SINAES) Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior³⁵, Lei nº 10. 861 de 14 de abril de 2004, Portaria do MEC/INEP 2051/2004, tem como finalidade a melhoria das instituições de ensino superior no país (SINAES, 2004).

Trata-se de um processo coletivo, complexo de autoconhecimento que as instituições realizam para seu desenvolvimento e gestão na universidade, que permite o aperfeiçoamento e mudanças necessárias para um novo planejamento institucional. São avaliados aspectos que giram em torno da pesquisa, ensino, extensão, gestão e responsabilidade social. Seus resultados possibilitam que órgãos competentes como o MEC possa traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de ensino superior no país.

A avaliação institucional tem etapas que se desenvolvem em processos internos (autoavaliação) e externos (visita *in loco* realizada sob designação do CONAES), com os seguintes eixos: Avaliação da instituição, avaliação dos cursos e desempenho acadêmico dos estudantes são desenvolvidos em momentos distintos, mas que se articulam entre si como indicadores avaliativos da instituição.

O SINAES possui dez dimensões³⁶ que norteiam o processo de avaliação em seu artigo 3º elenca entre estas: a mona dimensão que diz respeito às políticas de

³⁵ Sua atuação está ligada a (CONAES) Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior, que por sua vez está ligada ao Ministério da Educação.

³⁶ Art. 3º elenca as dimensões institucionais analisadas: I-A missão e o plano de desenvolvimento institucional; II- Política para o ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e procedimentos de

atendimento ao estudante. Nesse contexto sua apresentação é obrigatória nos relatórios institucionais de autoavaliação organizados pela (CPA) Comissão Própria de Autoavaliação, estabelecendo diretrizes para as universidades direcionarem suas ações, bem como a avaliação e classificação em seu índice de qualidade que o INEP válida. Ciente desse processo podemos observar no Relatório CPA/UFAL 2017.

A CPA/UFAL parte da premissa de que a autoavaliação institucional compreende o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior que abrange todas as instituições de educação superior do país, em conformidade com Lei Federal nº 10.861 de 14 de abril de 2004, Portaria do MEC/INEP 2051/2004 entre outros, portanto, trata-se de um processo permanente e complexo de autoconhecimento, em construção coletiva, no qual as Instituições de Ensino Superior IES, realizam a análise crítica de suas ações e de seu processo de desenvolvimento (RELATÓRIO CPA/UFAL, 2017, p. 07).

Assim, torna-se de relevância analisar os resultados que são obtidos entre os relatórios institucionais, como forma de conhecimento aprofundado sobre os mecanismo que validam a qualidade da instituição. Nessa pesquisa foi utilizado o relatório de avaliação do ano de 2016, num recorte espacial condicente com o início do curso de especialização, época do meu primeiro contato com a Sede - Campus do Sertão.

Como instrumento de monitoramento e execução de seus planos, a UFAL instituiu sua Comissão Própria de Avaliação na resolução do CONSUNI nº 27-A/2005, responsável pela coordenação dos processos internos da UFAL (PDI, 2013). Os procedimentos de autoavaliação na UFAL nos Campi e Unidades Educacionais são conduzidos com o apoio de (CAAs) Comissões de Autoavaliação vinculada a CPA.

A CPA/UFAL em 2016 utilizou cinco eixos avaliativos com questionários entre o grupo docente, técnicos-administrativos e os discentes, posto que estes entes, através de seus respectivos representantes e suplentes compõem o corpo coletivo da CPA com 16 componentes, conforme aprovação no regimento interno na Resolução Consumi nº 53/12 e 52/13. Foram disponibilizados formulários por meio eletrônico no

estímulos à produção acadêmica, bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades e demais; III-Responsabilidade social da instituição; IV- Comunicação com sociedade; V- Políticas de pessoal, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional e condições de trabalho; VI- Organização e Gestão, representatividade dos colegiados, independência, entre outras; VII- Infraestrutura física, biblioteca, recursos de informação e comunicação; VIII- Planejamento e avaliação, processos e resultados, eficácia da autoavaliação institucional; IX- Políticas de atendimento ao estudante, X- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (SINAES, 2004).

portal da universidade e enviado link por e-mails³⁷. Para a avaliação do ano de 2016 foram utilizados o universo amostral de 5.336 estudantes, 580 docentes e 253 servidores técnicos-administrativos (Relatório 2016, CPA/UFAL, p.14).

Utilizamos como análise o resultados dos estudantes dos cursos vinculados ao Campus do Sertão em comparação ao resultado total da universidade. Numa forma de expressar que a dimensão dos dados coletados ao representarem o Campus isoladamente apresentam significativos índices de insatisfação, mas ao serem inseridos no total da instituição tornam-se quase inexpressivos, principalmente no tocante à questão relevante da falta de funcionamento do restaurante universitário, presente nas questões 30 e 34. O que transforma a percepção final da instituição de forma positiva nesse segmento acadêmico.

Na parcial de 2016 foram 51 questões respondidas, onde coletamos as que dizem respeito ao foco da pesquisa no quesito de ações para a assistência estudantil no Campus, que envolvam diretamente a perspectiva da visão estudantil.

O relatório apresenta cinco eixos que envolvem as dez dimensões do SINAES: Eixo I – Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão 8); Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1 e 3); Eixo 3 – Políticas Acadêmicas (Dimensão 2,4 e 9); Eixo 4 – Políticas de Gestão (Dimensão 5, 6 e 10) e o Eixo 5 – Infraestrutura física (Dimensão 7) (Relatório CPA/UFAL, 2016).

No eixo 3 que apresenta 15 questões relacionadas ao ambiente de estudo, acessibilidade, materiais, equipamentos, limpeza, atendimento e alimentação no restaurante, políticas de apoio social aos estudantes em situação de vulnerabilidade e segurança no Campus. Dentre estas analisamos três questões que apresentam maior especificidade para o objeto da pesquisa: assistência estudantil no campus do sertão. Que foram as questões 29, 30 e 34.

Essas questões respondidas pelos discentes do Campus do Sertão foram disponibilizadas entre 4 cursos: Engenharia Civil e Engenharia de Produção (Delmiro Gouveia) e Ciências Econômicas e Ciências Contábeis (Santana do Ipanema), onde a participação foi voluntária. Os outros cursos de Pedagogia, História e Letras tiveram

³⁷ 1 Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/noticias/2017/4/o-que-voce-acha-da-ufal-vamos-avaliar>.

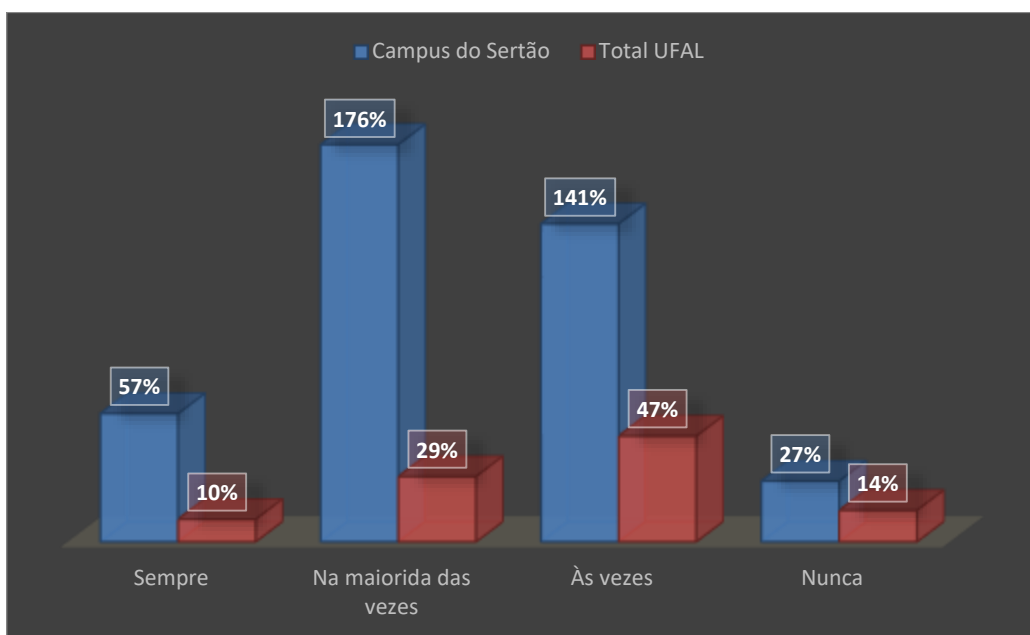
suas parciais no relatório de 2015, não encontramos nenhuma referência ao curso de Geografia entre as citadas parciais.

Conforme a CPA/UFAL 2016 foram utilizados parâmetros para os critérios das respostas da seguinte forma: Sempre, quando na sua opinião o indicador da questão atende 100%; na maioria das vezes, quando na sua opinião o indicador da questão atende acima de 60%; às vezes, quando na sua opinião o indicador na questão atende abaixo de 60% e Nunca/Desconheço, quando o indicador na questão não atende (CPA/UFAL, 2016).

A seguir podemos verificar nos gráficos a situação do Campus do Sertão em comparação a UFAL no seu aspecto total que envolve as três questões selecionadas:

29. As políticas de apoio social aos estudantes em situação de vulnerabilidade social atendem às necessidades dos mesmos?

Gráfico 4 – Autoavaliação Segmento Discente – Questão 29

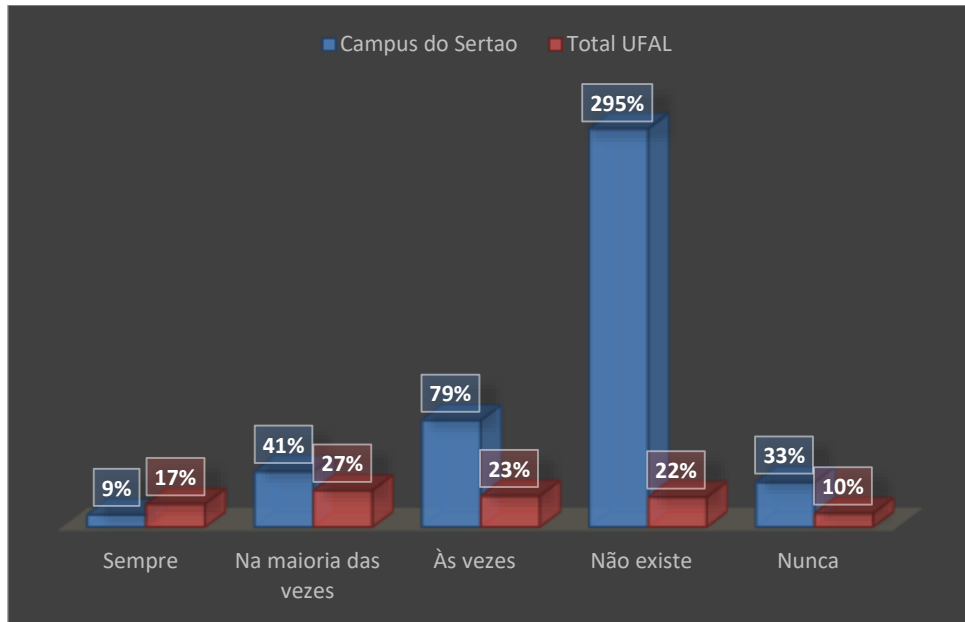


Fonte: Relatório CPA/UFAL - 2016

Nota-se que no Campus do Sertão essa temática apresenta-se bastante favorável para aqueles discentes que participaram da avaliação. Curioso que mesmo com as limitadas vagas nas ações de assistência os alunos ainda, assim, se sentem amparados. Vejamos a seguinte questão:

30. O atendimento e a alimentação do Restaurante Universitário atendem às necessidades?

Gráfico 5 – Autoavaliação Segmento Discente – Questão 30



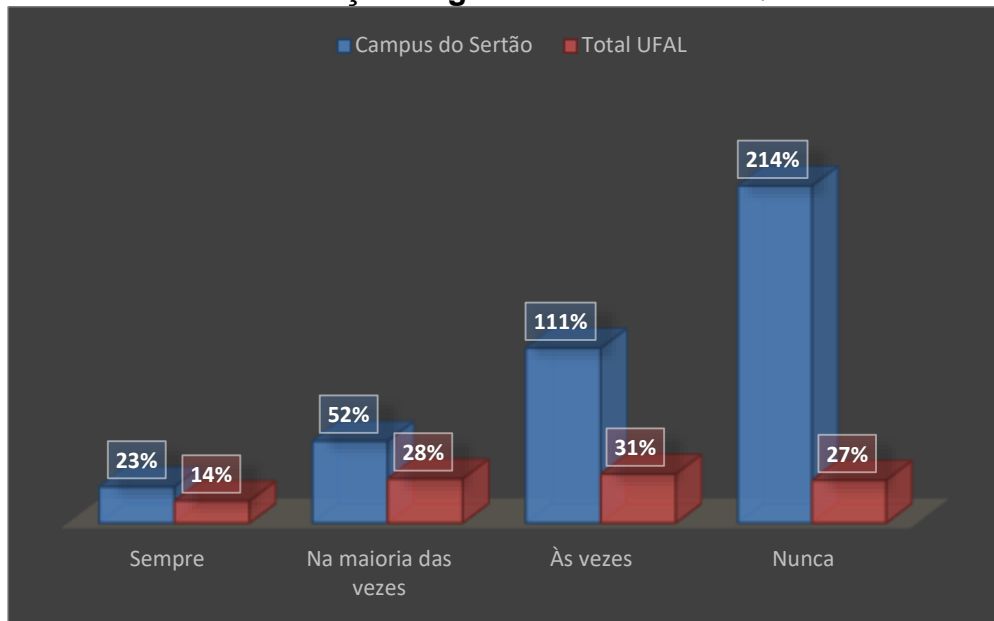
Fonte: Relatório CPA/UFAL - 2016

Essa pergunta é bem pertinente quando se tem algo a ser analisado, mas no caso do Campus do Sertão é óbvio que a inexistência das atividades vinculadas ao RU impactam na resposta para parâmetros analíticos com o todo da UFAL. Assim, podemos inferir que as respostas do Campus Sertão: na maioria das vezes, às vezes, sempre e nunca são baseadas no que se tem funcionando, ou seja a cantina. Que curiosamente, apresentam seus aspectos positivos.

Na análise para os parâmetros dos resultados no relatório a CPA descreve que o conceito é considerado percepção positiva quando os indicadores estão em concordância excelente/bom/muito bom; ou quando o somatório de sempre e na maioria das vezes, supera às vezes/nunca/desconheço/não existe; ou quando um indicador frágil tem percepção de nunca/desconheço/não existe (Relatório CPA, 2016, p.13).

Já na questão seguinte:

34 - Os serviços do restaurante/cantina atendem às necessidades?

Gráfico 6 – Autoavaliação Segmento Discente – Questão 34

Fonte: Relatório CPA/UFAL 2016

Aqui contraditoriamente percebe-se uma insatisfação nos índices do Campus do Sertão, que possibilitam uma hipótese sobre a desestrutura de espaço insuficiente reservado para a cantina, como também uma provável demanda de reclamantes sobre a falta no funcionamento do RU. Justificando esse alto índice de rejeição na percepção do estudante vinculado ao Campus do Sertão.

Diante da modesta análise dos dados coletados, ao somar as porcentagens isoladas dos quatro cursos participantes da avaliação vinculados ao Campus do Sertão e sua unidade de ensino, podemos perceber que seus altos índices apresentados dentro de seu contexto são bem expressivos, mas paralelamente estão na invisibilidade diante da UFAL como um todo. Essa questão pode ser percebida diante do quantitativo nos cursos participantes no relatório CPA 2016³⁸ por campi, enquanto o Campus do Sertão apresenta a participação de 4 cursos: 02 do campus de Delmiro Gouveia e 02 da Unidade de ensino Santana do Ipanema, o Campus de Arapiraca teve 07 cursos e o Campus A.C. Simões teve 30 cursos. Justificando a percepção positiva que a universidade como um todo obtém, tendo em vista que a Sede A.C. Simões oferece as infraestruturas e funcionalidade do Restaurante Universitário e maior quantitativo de bolsas por alunos.

³⁸ Disponível em: < https://ufal.br/cpa/avaliacao-institucional/resultado-questionarios/2016/estudantes?b_start:int=20 > Acesso em: 20 jul. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do Reuni promoveu aumento no número de IFES com os investimentos em infraestrutura, aumento do número de novos cursos, a interiorização de seus campi, Mas apesar desse processo de reconfiguração da educação superior, como verificado no gráfico 2, as disparidades entre os egressos e os concluintes é acentuadamente disforme. A assistência estudantil na forma de financeirização apresenta um fator preponderante na permanência dos estudantes caracterizados como vulneráveis socioeconomicamente, mas sem o devido apoio das outras ações que estruturam o PNAES, abrem-se possibilidades para que ocorram a retenção e evasão nos cursos, pois que a dificuldade em adaptação nesse nível de ensino para muitos egressos repercute a realidade pedagógica do ensino médio de muitas escolas brasileiras.

Assim, a assistência estudantil em bolsificação, não acontece de forma isolada, reflete a pulverização de medidas paliativas na contensão da desestrutura socioeconômica, num processo de seleção que na inclusão pela exclusão resulta num contraditório processo de seleção do mais necessitado entre os necessitados, que a continuidade desse programa mesmo como uma medida que abarca poucos estudantes ainda vem a representar a melhor estrutura para sua permanência no curso. Salientamos que equipamentos como os restaurante universitários torna-se uma estrutura que possibilita a universalização da assistência estudantil dentro da instituição ponto de importante vínculo do corpo que compõe o universo acadêmico tendo em vista a duração de vários cursos e grupos de pesquisa em andamentos nos Campi.

Sua posição de forma seletiva no processo de inclusão dos discentes matriculados tendo em vista que a vulnerabilidade financeira é fator flutuante num país de econômica dependente como o Brasil, onde o desemprego afeta milhares de famílias, precisa ser analisada e revista para que todos tenham realmente o acesso, permanência e conclusão dos níveis de educação, posto que é direito constitucional e remete ao pleno desenvolvimento de cidadania.

A realidade exposta da assistência estudantil no Campus do Sertão da UFAL Sede, apresenta muitas reflexões no tocante a assistência ao estudante, a forma

aligeirada na interiorização, que sua permanência na graduação e sua conclusão no curso perpassa por variados e distintos caminhos, que a assistência em estilo de financeirização das bolsas/auxílios se dá de forma fragmentada posto que o universo da vulnerabilidade se dá também pela fragilidade emocional/psicológica desse público que inicia a vida adulta sob pressões e cobranças pessoais, familiares e sociais.

A atual estrutura das políticas sociais e conseqüentemente a política educacional. Tendo na mais recente alteração no regime fiscal do orçamento federal a Emenda Constitucional 95/2016 aprovada como lei em 16 de dezembro 2016, que congela os gastos públicos com a educação por vinte anos, põem em risco a continuidade dessa política que apesar de ser assegurada por Decreto Federal não é política de Estado e sofre contenções e restrições pela ótica de cada gestão de Governo Federal eleito.

A política de assistência estudantil como política de Governo, que se apresenta como mecanismo de direito social para um estrato de estudantes no âmbito do ensino federal tem por objetivo prover recursos necessários na superação das dificuldades que possam impedir o andamento, permanência e conclusão da vida acadêmica dessa população, minimizando os percentuais de abandono e trancamento.

Dessa forma, salienta-se que são necessários mais estudos e pesquisa contínuas com maior aprofundamento teórico e analítico sobre as ações desenvolvidas e seus impactos no Campus do Sertão, tendo em vista as estratégias desenvolvidas para a assistência estudantil como um mecanismo legal que viabiliza a permanência e o sucesso dos estudantes na graduação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: As fronteiras da discórdia**. São Paulo. Cortez. 2007.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em Educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A Educação como política Pública**. 3ª ed. Campinas. Autores Associados, 2004.

BOBBIO. Norberto. **A Era dos Direitos**. 10ª reimpressão. Rio de Janeiro. Elsevier. 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social Fundamentos Históricos**: Biblioteca básica/ Serviço Social. 9ª ed. São Paulo. Cortez. 2011.

BRASIL. Presidência da República do. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico]. Atualizada até a EC n. 96/2017. Supremo Tribunal Federal, Secretária de Documentação. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República do. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 24 fev. de 2018.

BRASIL. Presidência da República do. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília/DF. **Diário Oficial da União**, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_Ato2007-2010/2007Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação do. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília: Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília/DF, 2012. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias12386-analise—expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação, Brasília/DF. **Diário Oficial da União**, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.html>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.862, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília/DF. **Diário Oficial da União**, 2004. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004/2004/lei/10.861.html>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação do. Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005, de 25 de junho 2014. Aprova o Plano Nacional da Educação PNE 2014-2024. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, 2014. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/13005.html>. Acesso em: 08 out. 2017.

BRASIL, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais I. **Relatório de Consolidação dos Recursos das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/10212.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BRASIL, Ministério do Planejamento do. **Orçamento da União exercício financeiro de 2007. Lei n. 11451, de 07 de fevereiro de 2007** – Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Brasília: MP, SOF, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. **Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste**. In: Rozendahl, (org.) Paisagem, Imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUER, p, 103-133. 2001.

CFESS. **Brochura Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília. CFESS, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, p. 5-15, set. dez. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª ed. rev. e ampl. – 15 reimpr. São Paulo. Atlas. 2012.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 10ª ed. São Paulo. Papyrus. 2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**. Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28> Acesso em: 30 jun. 2018.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX, 2012.

FONAPRACE, **IV Pesquisa do Perfil socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**. ANDIFES/FONAPRACE, 2014. Disponível: < http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES_2014.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo. Atlas, 2010.

GOES, Andressa Santos de. **A UFAL chegou ao sertão: Um estudo sobre sentidos e significados da interiorização para estudantes da unidade**

educacional de Santana do Ipanema. (Monografia da graduação no curso de Psicologia) UFAL - Unidade de Ensino Palmeira dos Índios. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, 26ª ed. Cortez, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse> >. Acesso em: 28 jul.2018.

LEITE, Josimeire de Omena. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva.** (Tese de Doutorado em Serviço Social) Recife. UFPE, 2015.

MACIEL, Caio Augusto Amorim, **A Retórica da Paisagem: um instrumento de interpretação geográfica.** Espaço e Cultura. UERJ, v. 6, p. 32-488, 2009.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido - uma visão holística.** Brasília: Confea, 2007.

MELO, M. R. A; NASCIMENTO, A. P. L. (ORG.); DAMASCENO, H. J. (ORG.); OLIVEIRA, I. P. (ORG.); OLIVEIRA, M.A.S.M. (ORG.) **Serviço Social e Educação: Contribuições ao debate em uma perspectiva crítica.** Aracaju. Criação, 2018.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Cartilha Nova Delimitação do Semiárido.** Brasília, 2012.

MONROE, Paul. **História da Educação - Atualizações pedagógicas. Volume 34.** 16 ed. Nacional, São Paulo, 1984.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.** 7ª ed. Atlas. São Paulo. 2015.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro. Zahar editores, 1967.

NAE, **Pôster do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas** – Org. Vieira. Geizyelle Magna Alves; Pinheiro, Thayse dos Santos Fonseca. UFAL. 2017.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite; SANTOS, Josiane Soares. **Assistência Estudantil no IFS.** Aracaju: Edifs, 2014.

PEREIRA, POTYARA A. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 6ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

ROMANELLI, O. de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973).** 37 ed. Vozes. Rio de Janeiro. 2012.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A Educação em Tempos de Neoliberalismo.** Artmed. São Paulo. 2003.

SANTOS, Monica Regina Nascimento dos. **Cotas Sociorraciais: para além das classes e da raça**. (Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira – Centro de Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2009.

TAVARES, Maria das Graças M.; VERÇOSA, Elcio de G. **História da educação superior em Alagoas: de suas origens ao século XXI**. 2ª ed. Maceió. Edufal. 2015.

TURATO, Egberto Ribeiro. Decidindo quais indivíduos estudar. In: _____. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petropólis: Vozes, 2003, p. 351-368.

TONET, I. **Educação Contra o Capital**. 3ª ed. Ampliada. São Paulo. Instituto Lukács. 2016.

TONET, IVO. **Qual política social para qual emancipação?** SER Social, p. 279-295, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/19000/13555> acesso em: 17 fev. 2018.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels**. Dissertação de Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie –São Paulo, 2010.

UFAL. Universidade Federal de Alagoas. **Relatório CPA Autoavaliação 2016**. Disponível em: <<https://ufal.br/transparencia/relatorios/autoavaliacao/relatorio-cpa-autoavaliacao-ano-2016.pdf/view>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **O que é universidade**. 2ª reimpressão. São Paulo. Brasiliense. 2003.

_____, Portal transparência UFAL. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/transparencia/ufal-em-numeros/assistencia-estudantil>> acesso em: 30 set. 2017.

_____, Portal transparência UFAL Campus do Sertão. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/sertao/institucional/transparencia-campus-sertao/relatorios-de-gestao>> acesso em: 08 abr. 2018.

_____, **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>> acesso em: 11 mai. 2018.

_____, **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_top.php> acesso em: 30 mai. 2018.

_____, **Declaração Mundial Sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação - 1998**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>> Acesso em: 19 mai. 2018.

